



INTRODUÇÃO

Os trabalhos do Fórum Cidade tiveram a participação de centenas de cidadãos, que entenderam ser o momento de dar o seu contributo para a definição de um rumo, para a modernização e o desenvolvimento, com coesão social de Lisboa.

Este acto de cidadania, em que cada um procurou contribuir com o seu trabalho, o seu esforço, os seus conhecimentos e qualificações, sem cuidar de saber o que receberia em troca, é o mais extraordinário resultado do Fórum Cidade.

Esta participação é uma **Honra** para a Concelhia de Lisboa do PS e é uma consequência directa do estado a que a coligação PSD/CDS-PP, liderada por Santana Lopes e por Carmona Rodrigues, conduziu a cidade de Lisboa, após estes quase quatro anos de uma gestão absolutamente desastrosa.

A inépcia e o despesismo, a par da falta de cultura urbanística, que têm caracterizado a actual gestão municipal, conduziram a que Lisboa seja hoje uma cidade estagnada, sem visão, sem projecto e com uma situação financeira completamente descontrolada.

Como ultrapassar este desânimo, esta descrença que se sente na cidade e, sobretudo, nos lisboetas?

Lisboa necessita de um rumo. O Fórum Cidade e o PS têm de mobilizar os lisboetas para acreditarem num projecto de mudança, que tenha como desígnio afirmar Lisboa, de forma decidida e sustentada, como uma cidade que está ao nível das cidades mais avançadas da União Europeia.

A estratégia deverá passar por uma aposta na recuperação da confiança, do orgulho e do optimismo dos lisboetas para lançar uma dinâmica de desenvolvimento progressivo, que permita também combater a apatia e os atrasos verificados em muitos dos domínios essenciais ao desenvolvimento económica da cidade e reduzir as desigualdades sociais.

Antes de mais, é absolutamente necessário mudar de política, essencialmente, importa apostar nas Pessoas, na sua qualificação, na sua protecção, apostar numa cidade mais solidária, fraterna, mais saudável e cosmopolita, em suma, o novo Projecto tem que ser baseado na **Excelência**, e o **objectivo final tem de ser melhorar a Qualidade de Vida em Lisboa**.

O Fórum Cidade concluiu que Lisboa necessita de uma estratégia que conduza a uma gestão e à formulação de políticas urbanas baseadas no desenvolvimento sustentável. Na verdade, é necessário repensar a cidade e redimensioná-la quanto às questões da sustentabilidade e da humanização.

Aquilo que nós pretendemos é criar as condições que tornem possível a apresentação de uma alternativa, que apresente aos cidadãos de Lisboa uma proposta assente nas pessoas, com as pessoas e para as pessoas.

O projecto que o Fórum Cidade defende assenta nos seguintes eixos prioritários:

- Melhorar a qualidade de vida num quadro de desenvolvimento sustentável, com o ambiente como vector central, um novo paradigma para a habitação e uma especial preocupação com o incremento de uma atitude mais activa e saudável por parte de todos os lisboetas;
- Tornar Lisboa uma cidade mais fraterna, coesa, inclusiva e segura, com menos pobreza e com mais igualdades de oportunidades;
- Retomar o crescimento, a atracção e a competitividade de forma sustentada e visando a modernização de Lisboa, fazendo do

conhecimento, da inovação e da qualificação os caminhos do sucesso e do progresso;

- Implementar uma gestão pela cidadania, com mais participação, transparência e descentralização;
- Valorizar Lisboa como cidade cosmopolita, tolerante e integradora de todos aqueles que a queiram visitar e nela viver.

CAPÍTULO I

MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NUM QUADRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

I. Mais qualidade ambiental

1. O ambiente no centro da estratégia de desenvolvimento

A proposta do Fórum Cidade para Lisboa coloca as questões do ambiente e do ordenamento do território no centro da sua estratégia para o desenvolvimento do município. Isto significa que se pretende dar, pela primeira vez em Lisboa, um papel de grande destaque e de uma justa ambição às questões do ambiente e do desenvolvimento sustentável.

Actualmente, a esmagadora maioria dos cidadãos europeus vivem em zonas urbanas, e, por essa razão, é aí que se sentem mais fortemente os efeitos dos problemas ambientais. O ruído, a má qualidade do ar, o tráfego intenso, a negligência quanto ao ambiente, a má gestão ambiental e a falta de planeamento estratégico têm como consequências problemas de saúde pública e uma diminuição da qualidade de vida.

Para se procurar resolver os problemas de saúde relacionados com o ambiente é necessário envidar esforços no sentido de introduzir uma melhoria muito sensível no ambiente urbano e na qualidade de vida. Começa a constatar-se que, em muitas zonas, os cidadãos estão a afastar-se das cidades, preferindo viver nos arredores, por perceberem que o seu bem-estar é afectado pela poluição sonora. Esta expansão urbana gera níveis mais elevados de tráfego e os problemas acentuam-se com o centro de actividades a deslocar-se para a periferia, em detrimento do centro da cidade cada vez mais enfraquecido.

Por essa razão, o planeamento de um nível elevado de protecção ambiental é um dos elementos-chave no sentido de proporcionar o desenvolvimento sustentável das cidades. Hoje em dia cada vez mais as questões da sustentabilidade estão na ordem do dia e não

podem deixar de constar da agenda política de qualquer governo, seja ele de um país, ou de uma cidade.

A Gestão Urbana com vista à sustentabilidade é essencialmente um processo político que requer planeamento e uma série de instrumentos orientados para as dimensões ecológica, social e económica. Ao utilizar esses instrumentos, a formulação de políticas urbanas vocacionadas para a sustentabilidade pode tornar-se um processo mais vasto e mais ambicioso, do que aquilo que tem sido admitido.

Segundo o Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais **“O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que disponibiliza serviços ambientais, sociais e económicos de base a todos os residentes numa comunidade sem ameaçar a viabilidade dos sistemas naturais, construídos e sociais de que dependem esses serviços”**.

Deste modo, o desafio da sustentabilidade urbana consiste em resolver tanto os problemas que existem nas próprias cidades como os problemas causados pelas cidades. Como não existe um conjunto de políticas que possa ser aplicado igualmente a todas as cidades, é necessário conhecer o território onde se pretende intervir, com o intuito de definir a política de intervenção mais adequadas à realidade de cada cidade.

2. Linhas gerais de uma política de ambiente municipal

As políticas de ambiente, são políticas que estão muito subordinadas aos instrumentos de ordenamento e gestão territorial, pelo que o município procurará aplicar, de uma forma coordenada e coerente, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). Quando estiverem em vigor, estes instrumentos constituirão o quadro de referência estratégico para as diversas intervenções com impacto territorial relevante. Designadamente, serão fundamentais para a elaboração do Plano Municipal para a Sustentabilidade de Lisboa (PMS), que será um objectivo central.

As linhas gerais de uma política de ambiente municipal serão baseadas nas seguintes ideias chaves:

- i) Elaborar e concretizar, participadamente, a Agenda Local 21, um Plano Municipal para a Sustentabilidade;

- ii) Integrar as preocupações ambientais e territoriais em todas as políticas sectoriais do município;
- iii) Promover a qualidade do(s) ambiente(s) urbano(s), convertendo espaços sem vida em autênticos habitats;
- iv) Revalorizar e salvaguardar a presença da natureza, da estrutura ecológica municipal e a biodiversidade;
- v) Multiplicar os espaços de vida mais saudáveis, propiciadores do bem-estar físico, psíquico e social, associados, designadamente, à mobilidade pedonal e velocipédica;
- vi) Voltar a cidade para o rio, apostando em espaços e actividades de fruição e descoberta da natureza e da paisagem;
- vii) Apostar na vida ao ar livre e em actividades culturais, lúdicas e desportivas a céu aberto;
- viii) Promover e aprofundar parcerias com organizações não governamentais para o ambiente (ONGA), entidades estatais, metropolitanas e privadas;
- ix) Transformar e reinventar «espaços-problema», áreas críticas, áreas saturadas e áreas degradadas em espaços de oportunidades, em espaços emergentes;
- x) Aumentar a área ocupada por espaços verdes e abrir corredores verdes de ligação do parque florestal de Monsanto e a outros parques e jardins da cidade, em particular o jardim do Campo Grande, o parque José Gomes Ferreira e o parque da Bela Vista, parque Silva Porto e o parque do Monteiro-Mor;
- xi) Conservar e fruir os pequenos, médios e grandes espaços verdes, em particular, o parque florestal de Monsanto, uma unidade ecológica e paisagística estrutural da Área Metropolitana de Lisboa, o parque da Bela Vista, o Vale do Silêncio, o Jardim das Conchas e dos Lilázes;
- xii) Criação de um sistema de transporte público ecológico entre o centro da cidade e o parque florestal de Monsanto;
- xiii) Revalorizar a frente ribeirinha entre o Parque das Nações e a Torre de Belém: jardins, espaços verdes, anfiteatros, campos de jogos, percursos pedestres, ciclovias;
- xiv) Estudar a travessia, em túnel, dos eixos rodoviário e ferroviário na zona de Belém, como forma de quebrar as barreiras de acesso da cidade ao rio.

II. O planeamento como factor decisivo na qualidade de vida

1. Aplicar novas políticas na cidade

Nos últimos três anos, Lisboa sofreu um enorme retrocesso em matéria de desenvolvimento urbano, com óbvias consequências ao nível da organização da cidade e do seu funcionamento.

Consequência de uma prática urbanística alheada dos mais elementares princípios do planeamento urbano e dos reais interesses da população, alicerçada no curto prazo, visando a alteração dos instrumentos de planeamento em vigor, de acordo, apenas, com a lógica de alguns interesses privados, Lisboa afasta-se, perigosamente, da rota da sustentabilidade.

Para inverter esta situação é necessário adoptar em parceria com o Governo, um conjunto de medidas articuladas e coordenadas, nomeadamente:

- O relançamento e reprogramação operacional e financeira de programas de intervenção urbana;
- A dinamização dos projectos de reabilitação a serem desenvolvidos pelas Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU);
- A adopção de um novo regime legal para a política de solos.

2. Um novo ciclo

Urge conceber um novo **Quadro de Referência Estratégico para Lisboa**, definindo objectivos e prioridades, em sintonia com os diferentes agentes que intervêm na cidade, no âmbito de um processo que se pretende amplamente participado e debatido por todos.

Lisboa é hoje uma cidade que apresenta significativas discontinuidades territoriais que importa articular e estruturar de forma equilibrada e urbanisticamente sustentada.

Nos últimos tempos, têm vindo a ocorrer um conjunto de modificações no estilo de vida dos cidadãos – particularmente ao nível dos padrões de consumo e da forma de ocupação dos tempos livres – com importantes impactos na mobilidade e, conseqüentemente, na organização da cidade, que importa equacionar e enquadrar no âmbito das políticas sectoriais da autarquia.

É imperioso dar início a um novo ciclo da vida da cidade, um ciclo de maior investimento na qualificação, tanto do território como do cidadão, a desenvolver, necessariamente, num quadro de maior coesão social e cooperação intermunicipal.

Neste quadro, emergem seis vectores estratégicos para a mudança:

1. *Um ciclo de maior investimento na qualificação, tanto do território como do cidadão, num quadro de maior coesão social e cooperação intermunicipal;*
2. *Um espaço urbano humanizado, com especial preponderância para a organização dos bairros, onde as diversas dinâmicas se devem desenvolver à escala do peão, favorecendo as deslocações a pé e diminuindo o tráfego automóvel;*
3. *O redireccionamento da política urbanística para as questões da sustentabilidade ambiental e da humanização da cidade, elemento determinante para a integração espacial, social e funcional do território;*
4. *A gestão do território enquanto processo de mudança, coesão social e aprofundamento dos mecanismos de participação da população no futuro da cidade;*
5. *A resposta a novas procuras, resultantes do desenvolvimento e da globalização, em áreas diversas como os espaços livres, a cultura, o sistema de ensino/formação, o recreio e o lazer;*
6. *Uma política urbana apoiada num novo modelo de desenvolvimento, alicerçada num novo quadro estratégico de referência para a cidade e numa nova geração de instrumentos de ordenamento mais dinâmicos, com equidade e eficácia.*

3. Novas políticas urbanas

As políticas urbanísticas a incrementar deverão, assim, corrigir fenómenos de segmentação funcional do território, proporcionando espaços dimensionados e organizados de forma a garantir a mistura de funções e a diversidade populacional, com especial preponderância para a organização dos bairros, onde as diversas dinâmicas se devem desenvolver à escala do peão, favorecendo as deslocações a pé e diminuindo o tráfego automóvel.

No quadro das novas concepções de cidade, inspiradas nos movimentos mais recentes, a política urbana, cujo pólo central é o peão, evita a excessiva densificação, promovendo, ao invés, a integração espacial, social e funcional do território, salvaguardando, numa óptica sustentável de gestão de recursos, o que de melhor existe nas heranças patrimoniais e dando primazia à produção e qualificação de espaços públicos amplos e des congestionados.

Um espaço urbano humanizado, qualificado do ponto de vista ambiental, apoiado numa política de defesa do património edificado e de qualificação do espaço público, condição essencial para o reforço da identidade e cultura urbana.

4. A Revisão do Plano Director Municipal

Neste âmbito, o **Plano Director Municipal (PDM)**, enquanto principal instrumento da política de ordenamento do território e urbanismo da cidade (expressão territorial da estratégia de desenvolvimento urbano) deve afirmar-se como um instrumento de mudança:

Um instrumento inovador (tanto nos métodos e procedimentos como no incentivo ao uso das novas tecnologias e energias alternativas), transparente, de fácil leitura e aplicação, que se assuma não só como um efectivo apelo à participação da população, na busca de soluções para os seus problemas, posicionando o cidadão no centro do processo de formulação das políticas urbanas, mas, também, como um verdadeiro contributo, por via da harmonização do espaço, para que se operem as mudanças nas relações sociais e culturais que se ambicionam.

A equidade, expressa numa justa e equilibrada repartição de benefícios e encargos no cômputo geral do Plano (e instrumentos de ordenamento do território sucessórios), e a sustentabilidade urbanística, privilegiando o incentivo à reabilitação do edificado e à utilização de soluções arquitectónicas que melhorem o desempenho energético e ambiental dos edifícios, (por via de uma política de redução/isenção de taxas, como alternativa à tradicional majoração de índices urbanísticos), deverão, também, constituir princípios orientadores da elaboração do PDM.

Este instrumento deverá, ainda, assumir-se como um factor de desburocratização, permitindo, na medida do possível, a realização de uma gestão urbana directa, remetendo-se apenas para a elaboração de instrumentos de nível inferior as situações urbanísticas mais complexas.

A política urbana subjacente a este instrumento de ordenamento, para além de uma dimensão de natureza territorial e demográfica, deverá, também, dar resposta à dimensão social que se desenha em torno das complexas alterações dos comportamentos e das relações sociais que se produzem nas grandes urbes.

O modelo de ordenamento da cidade do futuro terá de ser, necessariamente, sustentável, integrando, numa perspectiva sistémica, medidas tendentes à melhoria da qualidade ambiental, tanto no que se refere aos edifícios e infra-estruturas, que terão de estar adaptadas às novas exigências e necessidades da sociedade contemporânea, como no que se reporta às componentes do meio físico, elemento fundamental para o equilíbrio ecológico da cidade.

A **Revisão do Plano Director Municipal** assume, neste quadro, particular importância, pelo que se deverá dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, forçosamente procedendo à sua avaliação e enquadramento perante os novos objectivos estratégicos.

III . A qualidade do espaço público

Paralelamente, este processo deverá ser acompanhado da identificação e elaboração de um conjunto de **Projectos de Qualificação do Espaço Público**, a desenvolver, nalguns

casos, de forma integrada com **Planos de Urbanização e de Pormenor**, alguns dos quais já em curso.

Uma intervenção emblemática naquilo a que denominámos de coração de Lisboa – Praça do Comércio/Baixa/Av. Liberdade.

A Praça do Comércio e a Baixa são o cartão de visita da nossa cidade uma vez que a arquitectura pombalina, associada à sua dinâmica própria, cativa quem a visita. Nesta zona, trabalham milhares de pessoas, nos sectores de serviços, restauração e comércio – não só “tradicional” como nos novos e atractivos espaços comerciais. Do mesmo modo, na Av. da Liberdade e Restauradores coexistem, igualmente, os serviços, a restauração, a hotelaria e o comércio de grande qualidade. Acresce, que é igualmente um pólo de potencial dinamização cultural e turística.

No entanto, esta é uma zona onde muito há por fazer. De um modo integrado, com excelência e qualidade, como factor de atracção e competitividade. Aqui, o Fórum Cidade preconiza que uma nova gestão da cidade deixe uma marca para o futuro.

A Praça do Comércio e a Baixa são o “desaguar” de um eixo que começa no Marquês de Pombal, atravessa a Av. da Liberdade, Restauradores e Rossio, onde há tanta ou mais actividade, não só diurna (modernos escritórios e comércio de qualidade) como nocturna e onde se aguardam, desesperadamente, novas intervenções. Similarmente, novas unidades hoteleiras que foram criadas permitiram complementar a oferta já existente.

Acresce, que a prometida e muito esperada intervenção no Parque Mayer, que poderá dar uma outra vida àquela zona da Av. da Liberdade, a par de equipamentos, em utilização ou fechados, como a Cinemateca, o S. Jorge, o Odeon, o Tivoli, a área envolvente do Coliseu/Politeama/Olímpia/Hard-Rock Café, com espectáculos e restauração, e ainda o Rossio com os seus cafés-esplanadas podem e devem permitir que este eixo seja um factor decisivo na afirmação e revitalização da cidade. Importará, ter uma estratégia integrada, envolvendo entidades públicas e privadas, que aumente a dinamização daquilo que funciona e coloque ao serviço da cidade os equipamentos que estão desaproveitados. Se tal for feito Lisboa ganhará um pólo fundamental de atractividade.

Para o efeito, deverá também ser concretizada a supressão das vias de trânsito laterais na Av. Liberdade, com o alargamento das respectivas áreas pedonais.

Colocada entre esta zona, o renovado Chiado e a Praça do Comércio a Baixa terá que sofrer uma ampla intervenção nas suas variadas vertentes. Uma Baixa requalificada, mais qualitativa, mais pedonal e palco de artes performativas, por isso mais comercial, mas também mais residencial e atractiva são o nosso desejo.

E, na matéria residencial, importará dar sequência, nos moldes propostos, às ideias de criação de residências para estudantes, dinamização do mercado de arrendamento e intensificação do trabalho da Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa.

Do mesmo modo, deverá ser cada vez mais condicionada a circulação dos veículos particulares na Baixa Pombalina, privilegiando-se a utilização de uma rede de transportes colectivos moderna e eficiente.

A par desta opção e de modo a desincentivar o “estacionamento selvagem”, no eixo em causa, deverá ser equacionado um reforço da fiscalização e uma renegociação do tarifário dos parques de estacionamento existentes, em toda esta área, de modo a fomentar a visita a esta zona da cidade sem a congestionar. Renegociação que poderia ser associada à despesa feita no comércio, espectáculos e restauração da zona.

Similarmente, o comércio da Baixa deverá investir na modernização das suas instalações e do seu mobiliário urbano, embora a traça original dos locais deva ser respeitada, na qualidade do serviço e na flexibilização do horário de funcionamento de molde a prolongar o período de “vida útil” da zona. A CML deverá estar disponível, numa lógica de parceria entidades pública/privadas, para fomentar esta modernização.

Contudo, uma boa parte do comércio tradicional e dos restaurantes vive da população que ainda trabalha na Baixa, pelo que a manutenção dos Ministérios na Praça do Comércio será de vital importância para muitos comerciantes e para a dinamização de todo o espaço envolvente – pois se houver uma transferência precoce e mal ponderada, como a que foi aventada pela maioria PSD/CDS, aos Ministérios, imediatamente se seguirão todos os outros Serviços.

No entanto, a Praça do Comércio tem potencialidades inexploradas que lhe permitem ser o “coração da baixa e da cidade” e também o núcleo inicial do eixo Baixa/Av. Liberdade mas também de outros eixos que nos levam ao Parque das Nações, a Belém, ao Castelo, entre outras hipóteses. Daí que todos os espaços térreos dos Ministérios

devam ser libertados para múltiplas actividades ligadas ao lazer, à história, à cultura e à restauração e cafetaria de modo a conciliar a simbólica do poder e da história com um futuro de atractividade e competitividade que permita aos lisboetas e a todos os que nos visitam uma vivência do espaço em toda a sua plenitude. Para o efeito, o estacionamento indevido em toda a Praça deverá ser expressamente proibido.

Também as “Cargas/Descargas” de mercadorias deverão ser objecto de severas regras na Baixa Pombalina, obedecendo a horários e efectuando-se exclusivamente em locais determinados para esse efeito. Assim, a restrição à circulação automóvel aliada à disciplina imposta às cargas e descargas, criarão condições para uma melhor mobilidade na Baixa.

A higiene e limpeza terão que ser melhoradas e efectuadas a horários consentâneos com a dinâmica que se pretende criar. Também a segurança deverá ser reforçada pois têm de ser combatidos eficazmente os degradantes espectáculos “públicos” da prostituição diurna em plena Praça da Figueira e do “comércio ilegal paralelo” e atenuado o problema da insegurança crescente.

Estas medidas, transversais à estrutura camarária e envolvendo uma multiplicidade de entidades publicas e privadas, deverão ser dinamizadas por uma “estrutura de missão” que coordene a sua implementação.

A este nível, assume particular destaque a **Requalificação e Revitalização das Áreas e Eixos Centrais** – *Av. da Liberdade/Av. Fontes Pereira de Melo/Av. da República/Campo Grande, Rua da Palma/Av. Almirante Reis, Av. José Malhoa/Praça de Espanha e Av. Guerra Junqueiro/Praça de Londres/Av. de Roma/Av. da Igreja.*

Estes projectos deverão ser articulados com a concretização de medidas tendentes à atracção de investimentos, que viabilizem a instalação de actividades económicas, espaços culturais e de lazer, e população, melhorando as condições de habitabilidade, reabilitando edificios e lançando no mercado de arrendamento fogos devolutos.

A fiscalização e o acompanhamento integrado das operações de loteamento, de forma a assegurar o cumprimento de todas as condições subjacentes à sua aprovação,

designadamente a reposição de pavimentos, espaços verdes, mobiliário urbano, etc, constitui, também, um factor indispensável à qualificação do espaço público.

Ao nível da requalificação e renovação urbana, para além da reabilitação das áreas históricas e das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, cujo processo de reabilitação pode ser potenciado por via do novo regime jurídico excepcional para este tipo de áreas (Sociedades de Reabilitação Urbana), é ainda de destacar a **Requalificação das Áreas Habitacionais Degradadas** (algumas de génese ilegal), no sentido de dotar estes bairros (*Bairro da Liberdade, Galinheiras, Quinta do Ferro*, etc) de condições de habitabilidade, equipamentos e acessibilidades, e a **Reconversão de Áreas com Usos Obsoletos**, com particular realce para as zonas ribeirinhas (*Zona Ribeirinha Oriental, Alcântara, Boavista*, etc.), fomentando a instalação de empresas e actividades económicas e o uso habitacional.

Promover espaços públicos abertos, harmoniosos, seguros, acessíveis, funcionais, convencionais, confortáveis, cosmopolitas e contemporâneos;

Apostar em novas urbanizações dotadas de **infra-estruturas de qualidade**, bem planeadas, incluindo serviços de transportes públicos, espaços verdes e de lazer, ruas e circuitos pedonais e ciclovias;

Estimular a **requalificação** das zonas históricas da cidade e dos edifícios possuidores de maior valor arquitectónico municipal;

Desenvolver acções de **requalificação, revitalização e animação** da baixa pombalina e das restantes freguesias do casco velho da cidade;

Maximizar o **uso eficiente do património imobiliário**, em particular dos alojamentos particulares devolutos da baixa e de outros bairros históricos;

Desenvolver acções com vista à classificação da baixa pombalina e outras áreas históricas como património mundial da humanidade

Apostar em mobiliário urbano com design contemporâneo, adequadamente posicionado no espaço público e que sirva, efectivamente os utentes;

IV. Um novo paradigma para a Habitação

Nos próximos dez anos Lisboa necessita de ser uma cidade competitiva e atractiva que seja capaz de disputar novos moradores e novas actividades que funcionem como

factores de suporte à fixação de novos habitantes, que contribuam para o rejuvenescimento do centro da cidade.

Esta mudança de paradigma deve basear-se no incentivo ao mercado do arrendamento e, simultaneamente, deve resultar numa aposta na reabilitação urbana e não em novas construções.

Do mesmo modo, uma política de habitação eficiente será um factor de competitividade de Lisboa. Aí, a articulação com a qualificação do ambiente urbano e a concertação da intervenção do município com o Estado e entidades privadas do sector cooperativo e associativo é fundamental. E essa articulação deverá ser relevante na dinamização do mercado do arrendamento

Esta iniciativa, a elaborar tendo por base as propostas anteriormente apresentadas na Assembleia da Republica pelo PS, terá em conta, também, todo o debate já travado na sociedade portuguesa sobre este tema e apostará na dinamização do mercado de arrendamento, por via do aumento da oferta de imóveis para arrendamento, da mobilidade e da promoção do acesso de famílias e agentes económicos a esse mercado.

Esta reforma permitirá a actualização gradual das rendas sujeitas a congelamento dos imóveis que se encontrem em bom estado de conservação, minimizando os riscos de rupturas sociais ou económicas, incluindo no que se refere ao arrendamento comercial. O regime jurídico a adoptar consagrará, ainda, um melhor e justo equilíbrio na salvaguarda dos direitos dos inquilinos no quadro das acções de despejo. Sendo fundamental agilizar os contratos, será ampliada também a liberdade das partes na respectiva negociação.

Na área do arrendamento social, deverá ser revista a legislação no sentido de aumentar a eficiência da gestão do parque de arrendamento público e a coesão social.

Do mesmo modo, poderá equacionar-se a adopção de medidas tendentes ao rejuvenescimento da cidade e incremento da taxa de natalidade para os casais jovens, tais como:

- a. A atribuição de casas a baixo preço; e,
- b. A isenção da contribuição autárquica durante o período de 5 anos, por cada filho.

Por outro lado, entende-se ser necessário, tendo em vista a dinamização do mercado de arrendamento, a adopção de medidas complementares à revisão do quadro legal, nomeadamente:

- Utilização de parcerias público-privado na reabilitação de imóveis para arrendamento;
- Programas de apoio financeiro e logístico à realização de obras de recuperação de edifícios;
- Criação de Centros de Arbitragem para a resolução de conflitos relacionados com contratos de arrendamento, no sentido de salvaguardar as relações contratuais.

Repovoar e rejuvenescer as «coroas urbanas» mais centrais do município, promovendo uma cidade mais habitável e habitada, mais viva e inovadora;

Lisboa deverá ter uma palavra a dizer nestas medidas.

V. A primazia aos transportes públicos

Para que exista ambição de melhorar a qualidade de vida em Lisboa é fundamental perceber que o tráfego é considerado um dos factores-chave que comprometem a qualidade de vida nas cidades. O tráfego tem impactos significativos no ambiente e na saúde dos cidadãos urbanos, bem como na qualidade geral de vida nas cidades. Os níveis crescentes de congestionamento estão a prejudicar a mobilidade, com custos significativos e permanentemente crescentes para a economia.

Significa isto dizer que queremos, de uma vez por todas, colocar o automóvel no seu lugar, o que implica dizer que o automóvel existe para servir o Homem e não para nos fazer «escravos» dele.

Para que consigamos inverter a situação actual temos que assumir perante os cidadãos de Lisboa o compromisso de apostar nos transportes públicos. Isto implica que não é possível Lisboa continuar a ter uma política enganosa para com os cidadãos, os quais são incentivados «a utilizar os transportes públicos, enquanto durem as obras dos túneis» para depois, alegremente, lhes dizermos, «já podem trazer o carrinho, para chegar mais depressa à fila respectiva». Isto não é possível!

Lisboa tem que ter uma política coerente e que permita que todos os cidadãos percebam os objectivos que se pretendem atingir. Não é possível continuar a transmitir mensagens contraditórias, que apenas contribuem para confundir e baralhar os cidadãos.

Essa política tem que assentar nos seguintes eixos:

1.Quanto aos Transportes

- Defender que a Autoridade Metropolitana de Transportes exerça efectivamente a sua função de entidade reguladora dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa;
- Promoção de uma utilização mais racional do automóvel particular e promoção de veículos limpos, silenciosos e energeticamente eficientes, alimentados a combustíveis renováveis ou alternativos;
- A nossa política deve criticar QUEM USA MAL O AUTOMÓVEL, NÃO SE DEVE CRITICAR O AUTOMÓVEL, MAS O SEU USO EXCESSIVO;
- Clara aposta na oferta de uma rede de transportes públicos regulares, frequentes, confortáveis, modernos, a preços competitivos e com boas ligações, designadamente continuando a apostar na complementaridade dos diferentes meios de transportes;
- O alargamento do Metro deve ter como objectivo melhorar a oferta deste meio de transporte na cidade, privilegiando a sua extensão na cidade;
- Ponderar a extensão da rede do Metropolitano para a zona Ocidental. Um prolongamento da linha Campo Grande - Rato até à Ajuda (Palácio e Universidade), com ligação ao Restelo;
- Defendemos que o funcionamento e a actividade da CARRIS deve ser feita em estreita ligação com a CML, que deve ter um papel decisivo na sua gestão;
- Ligação da CARRIS ao METRO - É necessário criar carreiras de autocarros que transportem os cidadãos das freguesias até às linhas do metro;
- A CARRIS deverá instituir carreiras que facilitem a mobilidade no interior das freguesias;
- Apostar no alargamento da rede de eléctricos rápidos;
- Investir no eléctrico tradicional, um transporte de qualidade e não poluente, garantindo a reposição de carreiras da zona central, como o 24;
- Compatibilizar os horários dos transportes colectivos com o trabalho e com todas as actividades quotidianas complementares e com o lazer, aumentando o período de funcionamento e as frequências nocturnas dos transportes colectivos.

- O que significa entender a necessidade de alargar os horários de funcionamento das carreiras, até às zero horas, na sua maioria, devendo funcionar carreiras ainda com um horário mais alargado, o que é fundamental para se apresentar uma política incentivadora do uso dos transportes públicos;
- Defender a harmonização bilhética, com o bilhete intermodal, títulos de transporte que sirvam para todos os transportes públicos, quer passes, quer bilhetes de viagens e diários;
- Incentivar a utilização de combustíveis *limpos ou combustíveis alternativos* nos veículos dos operadores de transportes públicos;

2. Quanto à Circulação

- Condicionamento da circulação aos automóveis particulares em algumas zonas do perímetro central da cidade, que deve ir sendo progressivamente alargado;
- Criação de novos corredores BUS e fiscalização constante dos que existam, com sistema de abertura automática de passagem;
- Disciplinar a circulação de veículos, com especial relevo para a sinalização horizontal e vertical das vias;
- Criação de uma *taxa de circulação* em moldes semelhantes aos que foram adoptados em Londres, cujas receitas sejam investidas na melhoria do sistema de transportes públicos.
- Defendemos que devem ser largamente incrementadas as passadeiras, como meio de aumentar a protecção dos peões;
- Coordenar a primazia dos transportes públicos e o estacionamento, com a criação de condicionamentos à circulação de automóveis privados em determinadas zonas da cidade, defender um Sistema Integrado de Gestão da Circulação e do Estacionamento.

3. Quanto ao Estacionamento

- Lisboa necessita de uma política de estacionamento que aposte nos parques de estacionamento para os residentes, em altura e subterrâneos;
- Implementação de uma política de preços diferenciados, com uma discriminação positiva para todos os eleitores de Lisboa, com taxas mais baratas, independentemente de se manter o direito ao estacionamento gratuito para duas viaturas na respectiva zona de residência;

- Lisboa já dispõe de lugares de estacionamento subterrâneo suficientes no centro da cidade, pelo que deverão praticar-se de tabelas de preços que funcionem como um meio de incentivo à utilização dos transportes públicos;
- Construção de parques de estacionamento dissuasores, nos interfaces à entrada de Lisboa, com preços baixos, associados a uma ligação aos interfaces dos transportes públicos;
- Promover o alargamento do número de lugares de estacionamento junto das estações de comboios, a preços reduzidos, como mais um elemento desincentivador da utilização do automóvel na cidade;

Para implementarmos este projecto é necessário que a EMEL cumpra as funções para as quais foi criada – gestão do espaço público, para o estacionamento- com eficiência e profissionalismo, o que actualmente não está a fazer. Para conseguir dar satisfação a esse objectivo a EMEL deve continuar a ser uma empresa municipal, cujas orientações e directrizes são traçadas pela Vereação, afastando-se, de vez, qualquer ideia da sua privatização.

4. Acessibilidades

A cidade de Lisboa é, naturalmente, o coração da Área Metropolitana de Lisboa na qual desempenha e terá que continuar a desempenhar o papel de motor do desenvolvimento sustentável desta Região.

Esta situação exige que sejam elaboradas propostas para Lisboa que tenham em conta esta realidade, não sendo possível, nem desejável, que esqueçamos as políticas de âmbito metropolitano, sempre que queremos apresentar propostas para a nossa cidade.

Por essa razão, aplaudimos os investimentos realizados, durante os Governos do PS, na melhoria das infra-estruturas de transporte que criaram condições para uma fixação de empresas e serviços, a par de grandes centros comerciais, nos concelhos periféricos de Lisboa.

Esta tendência, manifestamente positiva, contribuirá para reduzir a polarização da cidade de Lisboa, na Área Metropolitana, e, simultaneamente proporcionará a existência de novas centralidades metropolitanas, induzindo novas dinâmicas territoriais.

Em colaboração e cooperação com os municípios vizinhos e com a Grande Área Metropolitana de Lisboa, e com o Governo da República terá de se definir um conjunto de eixos rodoviários e ferroviários estruturantes para a optimização do fluxo de viaturas, pessoas e mercadorias que diariamente circulam entre Lisboa e esses municípios, quer em transporte colectivo, quer em transporte privado.

O Fórum Cidade considera que devem ser retomados os seguintes Projectos Estruturantes para a cidade:

- a) Defender a saída do aeroporto internacional da cidade de Lisboa;
- b) Construção da Terceira Ponte sobre o Tejo, no eixo Chelas-Barreiro, com as valências rodo-ferroviárias;

VI. Uma cidade activa, solidária e saudável

1. O diagnóstico

Num mundo em constante mutação, como acontece hoje em dia, quando se estuda e discute um conjunto de problemas relativos ao planeamento e à gestão urbana, é fundamental fazer-se uma referência ao **lazer** e à **qualidade de vida dos cidadãos**.

Neste sentido, é impensável uma abordagem a estes temas sem uma alusão às actividades físicas e desportivas, considerando que elas estão fortemente presentes em ambos os conceitos.

O Desporto é, actualmente, um **fenómeno social total**. Ele interage com a vida política, económica e sociocultural e a sua gestão tornou-se progressivamente complexa e os seus instrumentos diversificaram-se e multiplicaram-se.

As práticas desportivas são unanimemente reconhecidas como sendo fundamentais no desenvolvimento pessoal e social, na saúde, na educação, na cultura ou no turismo. O desporto pode ser, assim, um poderoso instrumento para o desenvolvimento local e a cidadania.

Todavia, a discussão dos problemas ligados ao desporto não pode ficar circunscrita, como é usual em muitos contextos, à discussão sobre o campeonato de futebol da 1ª Liga, à questão dos espaços e dos equipamentos (existentes e/ou potenciais) ou à realização de eventos (de maior ou menor dimensão, importância e mediatismo).

Devemos, decididamente, ir mais fundo no estudo e na reflexão sobre estas matérias visando, em primeiro lugar, a **definição de um modelo para o desporto em Lisboa**, que se ajuste às necessidades e motivações dos seus habitantes. Consideramos, mesmo, que a ausência de estudo e debate e sobre este tema tem sido, de há muito, um problema fulcral no insuficiente desenvolvimento desportivo de Lisboa.

Na história desportiva da cidade, nem sempre foi claro que houvesse **um pensamento estratégico** sobre este assunto, tal a opção frequente dos responsáveis políticos por este pelouro:

Em soluções de carácter tipicamente populista, como a construção em curso de seis piscinas, sem qualquer estudo prévio e rigoroso sobre a sua tipologia, localização e modelo de gestão;

Numa colagem a iniciativas avulsas, de qualidade discutível e sem repercussões objectivas na melhoria da prática;

Por fórmulas politicamente esgotadas, como a prioridade no apoio financeiro às colectividades – muitas das quais com pouca ou nenhuma actividade regular e capacidade organizativa – em detrimento, por exemplo, da construção planificada de infra-estruturas destinadas ao desporto e à recreação infantil, ou no aumento das competências, dos recursos e dos instrumentos de gestão das Juntas de Freguesia e da própria Câmara Municipal de Lisboa.

1.1. Caracterização sucinta da situação actual

Em termos gerais, apesar dos avanços consideráveis que o Desporto nacional conheceu nos últimos anos, podemos com facilidade identificar traços que o caracterizam. Em particular, alguns constrangimentos que têm impedido o seu desenvolvimento coerente e sustentado:

Um baixo índice global de participação desportiva, com relevo para as mulheres, os mais jovens, os cidadãos com menores habilitações académicas e os que têm menores recursos financeiros;

Uma frequente opção pelo abandono precoce da prática desportiva, por parte dos adolescentes e adultos;

Uma grande dificuldade, manifestada pelo Sistema Desportivo no seu todo, em proporcionar um acesso aberto às actividades de formação desportiva;

Uma sistemática falta de articulação entre os diferentes sub-sistemas do sistema desportivo, nomeadamente o desporto federado e o desporto escolar;

Uma redução das actividades de iniciação e orientação desportivas, em favor de práticas selectivas nas competições institucionalizadas;

Pouca participação associativa e diminuta renovação do dirigismo desportivo;

Uma excessiva dependência do movimento associativo dos apoios financeiros do Estado;

Descontinuidade das políticas para o desporto e sucessivas alterações dos seus responsáveis;

Uma ausência de planeamento e rigor técnico na concepção e construção de numerosos equipamentos desportivos que, em muitos casos, correspondem a vultuosos investimentos financeiros da Administração Central, Regional ou Local.

1.2. Os hábitos desportivos dos portugueses

A questão dos hábitos de prática desportiva dos portugueses é, seguramente, um dos aspectos mais preocupantes da vida desportiva nacional e não só, tendo em atenção o impacto na saúde pública que resulta da vida sedentária de uma parte muito significativa da população.

De acordo com dados da investigação na área dos hábitos desportivos da população portuguesa, no ano de 1998 (Marivoet, 2001), apenas 23% da população portuguesa entre os 15 e os 74 anos **afirma** ter uma actividade física regular, sendo a taxa de praticantes federados de apenas 4%;

Acontece que, os dados acima referidos foram confirmados por um estudo recente, promovido pela Comissão Europeia (Eurobarometer 213, Novembro de 2004) no qual se afirma que, em termos de prática desportiva, **Portugal é o pior país no conjunto dos 25 da UE**. Isto, considerando entre outros resultados, que os cidadãos maioritariamente (73%) afirmam que praticam desporto **poucas vezes ou nunca** e que 66% dos cidadãos afirmam mesmo que **nunca praticam desporto**.

Devemos ainda assinalar que, comparativamente aos dados de idêntico estudo levado a efeito no ano de 2003 (Eurobarometer 197), a situação no nosso País registou um progresso muito escasso nalguns indicadores mas, por exemplo, no caso das pessoas que responderam que **praticam desporto com pouca frequência, ou nunca praticam**, houve um agravamento na ordem dos 3% em 2004 - justamente o **Ano Europeu da Educação pelo Desporto...**

O que se passa com o actual executivo camarário, é justamente o contrário do que deve ser uma política coerente, coordenada e participada em matéria desportiva autárquica.

Uma política desportiva da cidade não será adequada se não for **integrada** - porque deve abranger todas as dimensões relevantes deste poderoso fenómeno sociocultural - e **integradora** - porque deve contribuir para a inclusão social de todos os habitantes de Lisboa. Mas este, como se sabe, nunca foi o caminho do actual executivo camarário.

As sucessivas alterações de responsáveis políticos, a quase destruição dos serviços, a anulação de muitas actividades de inegável interesse e tradição (como os Jogos de Lisboa) o desconhecimento público de qualquer orientação programática sobre o desporto municipal e a deficiente coordenação e frequentes contradições nas políticas sectoriais, são uma clara demonstração que há nos responsáveis camarários uma completa ausência de ideias sobre o que deve ser o presente e o futuro do desporto em Lisboa.

Em resumo, por parte dos responsáveis políticos pela CML tem sido nítida a ausência de uma perspectiva cultural sobre o fenómeno desportivo e a sua influência na vida da cidade.

É contra esta maneira de fazer política, de modo errático, numa verdadeira navegação “ao sabor do vento”, que devemos reagir e mobilizar os autarcas, o movimento desportivo e, de um modo geral, todos os cidadãos, para uma outra política com outros protagonistas.

2. Uma nova Política Municipal de Desporto.

Precisamos, por tudo isto, de um **Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal** que incorpore, por um lado, as preocupações do movimento associativo desportivo mas que, por outro lado, tenha em consideração que num município como o lisboeta - com uma grande dimensão em termos de espaço e uma enorme complexidade de problemas - deve existir, não só uma descentralização de responsabilidades mas também um empenhamento para que as Juntas de Freguesia obtenham um reforço do seu papel neste campo, como uma estratégia adequada para que o desporto em Lisboa seja mais eficaz e tenha melhor qualidade.

2.1. Eixos de uma nova política desportiva para a cidade

Conforme fomos referindo, não sendo do nosso agrado a situação a que se chegou no domínio das actividades físicas e desportivas em Lisboa, torna-se urgente a definição de uma nova política desportiva para a cidade.

Deste modo, devemos considerar, em primeiro lugar, o **cidadão** como o eixo central das nossas preocupações (como actual ou potencial praticante). E este conceito, não sendo um mero *slogan* político, faz com que, na nossa perspectiva, todos os planos, projectos e actividades decorram justamente da necessidade que as actividades físicas e desportivas sejam acessíveis a todos os cidadãos, independentemente do seu escalão etário, sexo ou condição sócio-económica.

Não entendemos o desporto como uma mera ferramenta de propaganda política, como acontece normalmente com os governos e os políticos de direita, mas como um direito dos cidadãos, que os responsáveis governamentais e autárquicos tudo devem fazer para concretizar, respeitando o princípio da equidade e combatendo todas as formas de exclusão.

Em termos gerais, consideramos que deve ser:

- Reforçada e ampliada a vida associativa, tendo em atenção as suas necessidades e preocupações;
- Estimulado e apoiado o voluntariado, nomeadamente com a criação do **Estatuto do Dirigente Desportivo de Lisboa**;
- Articulada e complementada a política desportiva da CML com a de outras entidades e sectores, em particular os sistemas educativo e desportivo, o ambiente, o urbanismo e o turismo;
- Promovido o envolvimento de entidades diversas, no planeamento, acompanhamento e avaliação da política desportiva autárquica;
- Desenvolvida uma cooperação institucional, numa base formal, regular e contínua, entre os diferentes parceiros do movimento desportivo lisboeta;
Aumentada a qualidade das práticas e diversificada a oferta desportiva para os cidadãos, nomeadamente com a criação e desenvolvimento de um **Programa de Desporto para Todos**, que tenha em atenção os diferentes públicos-alvo e as constantes mudanças na procura desportiva, como por exemplo: O desporto feminino, as actividades físicas e desportivas para a população adulta e para a idade sénior, as actividades desportivas para

imigrantes, minorias étnicas e refugiados, o desporto para deficientes e as actividades desportivas para zonas habitacionais e grupos “de risco”;

- Concretizada uma política integrada ao nível da construção e gestão de infra-estruturas desportivas, multifuncionais e flexíveis, na perspectiva da sua plena utilização mas que tenha, igualmente, em atenção a utilização informal dos espaços públicos (jardins, zonas verdes, planos de água);
- Favorecido o desenvolvimento de actividades desportivas formais e não-formais;
- Promovido o desenvolvimento de programas e projectos de ligação entre as actividades desportivas e a educação e defesa ambiental, em especial com a criação de circuitos pedonais, ciclovias, actividades em parques e jardins, paredes de escalada e actividades náuticas;
- Extinto todo um conjunto de barreiras políticas e administrativas que impedem um acesso fácil dos cidadãos ao rio Tejo, que resulte na criação de espaços específicos e na promoção de actividades físicas e desportivas na zona ribeirinha;
- Adoptado um conjunto de procedimentos e instrumentos de comunicação modernos, a par da criação de redes operacionais entre todos os níveis, estruturas e entidades participantes no movimento desportivo da cidade;
- Concretizada uma política urbanística que tenha respeito pela necessidade de equipamentos desportivos em qualidade e quantidade;
- Apoiada a organização e promoção de eventos desportivos de prestígio e de indiscutível interesse nos planos municipal, regional e nacional;
- Incentivada a procura de soluções originais e criativas em todos os níveis, escalões e estruturas de enquadramento das práticas desportivas e recreativas;
- Adoptada uma política de apoio regular e sistemático ao movimento associativo, que incluirá o apoio:

2. 2. Medidas para concretizar o projecto

Alguns aspectos mais operacionais devem, no entanto, ser desde já considerados, no sentido de traduzirem, na prática, um projecto político que acreditamos ser necessário para Lisboa.

Deste modo temos, nos planos estratégico e de enquadramento e apoio das actividades:

- A elaboração de um **Plano Estratégico** para o Desporto de Lisboa;
- A criação do **Instituto Municipal do Desporto de Lisboa**, em substituição dos actuais serviços, como uma estrutura fundamental no enquadramento e apoio, na promoção, dinamização e avaliação do desporto na cidade;
- A criação do **Conselho Desportivo Municipal**;
- A reactivação dos **Jogos de Lisboa**, reformulando a sua estratégia de funcionamento e envolvendo na sua organização as escolas, os clubes e as Juntas de Freguesia;
- A criação do **Conselho Desportivo Municipal**;
- O **Fórum dos Clubes Desportivos** (com periodicidade a definir com o movimento associativo);
- A criação, em parceria com uma instituição universitária, do **Observatório do Desporto de Lisboa**;
- A descentralização de responsabilidade e tarefas, nomeadamente um novo papel para as **Juntas de Freguesia**;
- A elaboração da **Carta Desportiva de Lisboa**, com uma actualização permanente e coordenada com as cartas educativa e de turismo e lazer.
- O desenvolvimento de um **Programa Especial de Infra-Estruturas Desportivas** que inclua - nas obras e intervenções – novas construções e remodelações e ampliações dos equipamentos existentes;
- A elaboração de um plano específico na área da documentação e informação, que incluirá:

O **Guia do Desporto de Lisboa e o** apoio documental às actividades e à formação de agentes desportivos, em áreas diversas como a promoção do fair play/espírito desportivo ou a metodologia e didácticas das actividades desportivas infanto-juvenis;

- A criação de uma **rede de formação desportiva**, em articulação com as escolas, os clubes e associações de modalidade:

Escolas de Desporto (estágios desportivos em períodos de férias escolares)
Centros de Animação Desportiva (no sector do Desporto para todos);

Acreditamos que as actividades físicas e desportivas poderão ser um instrumento para uma transformação profunda da vida na cidade e naquilo que referenciámos como sendo o objectivo central do nosso trabalho. Isto é, fazemos um convite e lançamos um desafio a muitos cidadãos e instituições, para que Lisboa seja UMA CIDADE ACTIVA, SAUDÁVEL E SOLIDÁRIA, onde haja qualidade de vida e segurança.

No respeitante ao papel que a CML pode desempenhar no desporto na cidade, entendemos que ele é fundamental na promoção das práticas desportivas, nos planos quantitativo (crescimento) e qualitativo (desenvolvimento) estabelecendo, a nível local, pontes e compromissos entre diversas entidades públicas, privadas e associativas.

Consideramos, mesmo, que a CML pode ser o grande motor da realização de actividades físicas e desportivas na própria área metropolitana e que, posteriormente, aquando do seu arranque e consolidação, poderá delegar essa responsabilidade nas estruturas associativas disponibilizando, sempre que possível, os recursos indispensáveis para esse efeito.

Pugnamos, em suma, pela construção de uma cidade moderna, humanista, onde valha a pena viver e trabalhar. Não temos qualquer dúvida na importância e necessidade de um projecto político com estas características, em que o **desporto**, com os seus projectos e actividades, deixe de ser considerado isoladamente, mas que constitua uma parte – importante, é certo - de um todo coerente que inclua outras áreas e sectores como a educação, a juventude, a saúde, o ambiente e espaços verdes, a habitação e o urbanismo ou o turismo.

A nossa linda cidade necessita de um projecto que a humanize, que faça de Lisboa a cidade menina e moça que todos desejamos, mas que infelizmente, actualmente, não temos.

Para esse projecto é necessário, antes de mais, ter a coragem de dizer que as Pessoas terão a primazia!

CAPÍTULO II

TORNAR LISBOA UMA CIDADE MAIS FRATERNA, COESA, INCLUSIVA E SEGURA

I. Políticas Sociais

1. Combater a pobreza e a exclusão

O combate à pobreza e exclusão tem que constituir hoje uma prioridade de primeira linha da governação e da condução política, na base do reconhecimento e consagração de direitos sociais indissociáveis de uma sociedade de justiça e progresso enquanto factor de coesão e de competitividade. Assim sendo, é tempo de recuperar e revitalizar uma governação que faça do combate à pobreza e exclusão uma das suas matrizes essenciais.

Portugal tem de ser um País em que as políticas sociais não sejam apenas o refúgio de consciência de um modelo de desenvolvimento economicista e assente nas fórmulas mágicas da regulação pelo mercado, não sejam apenas o suporte assistencialista para políticas e práticas geradoras de exclusão, mas se assumam como forças motoras do desenvolvimento de Portugal e de todos os cidadãos. E Lisboa terá de dar o exemplo ao país e contribuir para as políticas do Governo.

De igual modo se assume a importância de um desenvolvimento adequado de todas as nossas crianças e jovens. O aumento de 50% de lugares em creches é apenas um dos exemplos do modo como o Governo entende a responsabilidade que a todos cabe no sentido de assegurar um futuro de participação e autonomia a todos os cidadãos. Mas, para além do Governo, importará que Lisboa se assuma nos seguintes domínios:

- Aumentar o número de lugares disponíveis em creches e jardins-de-infância;
- Impedir a discriminação negativa no acesso a creches e amas por parte de crianças pertencendo a famílias de recursos mais débeis;

- Apoiar a criação de uma rede de apartamentos residenciais para pessoas com deficiência;
- Apoiar a generalização do Apoio Domiciliário Integrado, instrumento central de promoção da autonomia e de prevenção da institucionalização;
- Consideração da condição de monoparentalidade como factor acrescido de vulnerabilidade;
- Apoiar a generalização do acesso a programas de preparação para a reforma, como prática promotora de autonomia e da participação cívica e cidadã;
- Apoiar a criação da Prestação Extraordinária de Combate à Pobreza dos Idosos;

1.2. Apoio aos idosos

O ser humano desde que nasce tem direito a fruir em pleno a vida, qualquer que seja a sua situação ou idade. É certo que o tempo e sempre o tempo, passa rapidamente e neste início de Sec. XXI tudo parece acontecer com mais rapidez. Temos de entender esta passagem do tempo como um caminho do futuro.

Envelhecer é viver, por isso significa o percurso natural da vida. Tem de se ter a oportunidade de viver a vida em todas as suas fases e consequentemente em todas as idades.

Citando Jacques Delors "Não basta, de facto, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos a que possa recorrer indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de actualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos e de se adaptar a um mundo em mudança".

A O.N.U. define esse novo paradigma, o envelhecimento activo como "o processo pelo qual se optimizam as oportunidades de bem estar físico, social e mental, durante toda a vida, com o objectivo de ampliar a esperança de vida saudável, a produtividade e a qualidade de vida na velhice".

Tudo isto para se dizer que é necessário proporcionar um "envelhecimento activo".

É assim que os idosos, melhor dizendo, os séniores, que vivem na cidade de Lisboa podem e devem ter o direito ao "Bem Estar e Felicidade".

As políticas sociais municipais têm de ser integradas e consequentemente é necessário estabelecer parcerias, com o poder central, com a Santa Casa da Misericórdia - entidade

com total responsabilidade na área dos idosos - para que assim se possam desenvolver políticas de :

- Combate à pobreza;
- Combate à solidão - com a possibilidade de se proporcionarem os seguintes serviços:
 - Centro de dia por freguesia;
 - Apoio domiciliário integrado (área da saúde e do social);
 - Residências assistidas;
 - Condições habitacionais (qualidade da habitação);
 - Programas culturais diversos.
- Combate à insegurança;
- Adaptação da habitação com sistemas de segurança tipo "telealarme", para idosos isolados;
- Residência nocturna (centro de noite);
- Policiamento de proximidade.

Igualmente, a adopção de medidas tendentes ao acompanhamento da população mais envelhecida, nomeadamente através de:

- a) Reforço da fiscalização aos centros de terceira idade existentes na cidade de Lisboa;
- b) Criação de uma linha gratuita, com funcionamento ininterrupto de apoio à terceira idade, que permita fazer à face às diversas necessidades;
- c) Criação de um grande evento anual destinado à terceira idade, que permita a confraternização, nas quais existam diversos tipos de actividades, como concertos, espectáculos de teatro e diversos tipos de jogos.

II. Saúde

1. O aumento da esperança de vida

Na actual sociedade portuguesa, o aumento da esperança de vida é hoje um valor qualitativo de referência, tal como acontece nos outros países da UE. Assim vive-se, hoje, no nosso país, mais anos do que na primeira metade do século vinte.

- Mas, em que medida esta longevidade estimada se traduz em autonomia e não em dependência?

Naturalmente, que a questão é complexa e percorre transversalmente a sociedade portuguesa. São inúmeras e frequentes as notícias e artigos de fundo que na imprensa relatam de forma assaz cruel a situação das finanças da segurança social, atribuindo aos mais velhos e dependentes o ónus do problema. Gera uma situação desconfortável que parece não encontrar solução a não ser com a implosão do próprio sistema. Os actuais e os próximos actores candidatos à aposentação ou a perder a autonomia sentir-se-iam provavelmente mais seguros se contassem com soluções concretas e acessíveis que lhes permitissem caminhar para uma longevidade de qualidade.

Uma observação meticulosa sobre os hábitos de vida, deixa transparecer que existe sempre uma forte relação entre, autonomia, dinamismo e actividade. Existem, como consequência, algumas características comuns e identificadas, que se encontram entre os sedentários. Salienta-se a tendência para a obesidade e adicional de risco em contrair a doença cardiovascular, alterações de humor, aumento de fadiga, baixa de imunidade e tendência para depressão e redução da mobilidade. Já o investimento regular na prática da actividade física, tem reflexo na promoção da saúde potenciando a qualidade de vida. A médio prazo traduz-se pelo conhecimento mais aprofundado do corpo, o que permite maior domínio. O reforço regular da pratica da actividade física permite ainda exercer o quotidiano de vida com mais energia e intencionalidade para a acção, isto é em harmonia com a psique.

Hoje, existe cada vez mais a consciência de que a saúde é um bem que deve ser cuidadosamente controlado e que o exercício regular, em especial o aeróbio, é um meio fundamental para o prevenir.

Para isso a oferta tem – se vindo a manifestar e a procura é em parte uma realidade. Seguindo-se as recomendações da OMS no plano da prevenção e optando por um estilo de vida activo, encontrar-se-ão consequências positivas, conducentes a uma alfabetização corporal.

Contudo, a motivação para praticar regularmente a actividade física liga-se a referências e resistências de ordem cultural, que nos mais velhos são muito evidentes. O reconhecimento actual e cientificamente incontestado sobre o valor do exercício, pode vir a traduzir-se numa imperativa opção, numa sociedade que carece de projectos que promovam a o bem-estar a este nível.

Encontrar a actividade certa, isto é, a que melhor se adapta a cada caso, é a maneira mais correcta para “fidelizar” o praticante.

A informação detalhada nos locais certos, será desejável. As **campanhas de esclarecimento sobre os benefícios do exercício** deverão estar disponíveis nos locais frequentados pelos mais idosos. As farmácias, os centros de saúde, as juntas de freguesia e os equipamentos sociais e clubes desportivos especializados serão fundamentais como locais de divulgação e informação.

A **cidade de Lisboa**, apresenta quanto ao seu envelhecimento (numero de idosos relativamente à população total) uma assimetria muito acentuada da sua população. As freguesias da zona histórica são as mais envelhecidas, o que dificilmente será alterado, já que nenhum investimento de fundo para a renovação da população tem vindo a ser considerado. Das cinquenta e três freguesias, as mais jovens e densamente povoadas, como Benfica e Olivais apresentam valores mais baixos, na ordem dos 13%.

Assim numa cidade moderna, dinâmica e cosmopolita, vivem cerca de 15% de lisboetas com mais de sessenta anos. Uns prestes a reformarem-se vivem os seus dias de trabalho, outros já aposentados, espreitam nas horas menos movimentadas, o boliço da cidade. A proximidade do bairro, passa para alguns a representar a fronteira de todos os dias. O bairro, o quarteirão, a rua, o prédio, o andar, o quarto são o futuro limitado e o progressivo estreitar da autonomia. Estas limitações poderão ser prevenidas ou pelo menos reduzidas e retardadas, se existirem condições que favoreçam a manutenção da autonomia.

55+ Prevenção da autonomia, uma cultura do movimento

Mais do que qualquer *franshising*, que parece certo em qualquer parte do mundo, divulgando frases feitas como, “mexa-se”, agite-se ou “vá dar uma volta”, preocupamo-nos em encontrar **um modelo de intervenção** gizado para e pelos interessados, isto é, que possa evoluir a partir de uma base comum e definida, essa sim, da inteira responsabilidade da autarquia de Lisboa.

Teremos de partir de uma grande campanha, que ressurja periodicamente, alimentando assim a motivação dos participantes ao mesmo tempo que procurará novos participantes.

Começar pelos mais novos dos seniores (55+), criará uma geração melhor preparada e que a médio e longo prazo se sentirá compensada.

Um segundo grupo que necessite de acompanhar o plano de exercício com um enquadramento clínico de rigor, convirá aproximar dos médicos de família, especialmente para permitir a avaliação dos efeitos do programa, nomeadamente no que diz respeito à medicação.

Promover centros de reabilitação integrada nos bairros, onde serão ministradas aos de grupo com o objectivo de prolongar ou complementar efeitos terapêuticos e manter a autonomia funcional e psicológica

Introduzir no serviço domiciliário e nos centros de dia programa de estimulação funcional e de animação, com o objectivo de reduzir o risco de colapso de autonomia e de regressão psicológica.

Um programa desta envergadura terá de criar uma infra-estrutura protocolada entre a autarquia e diversas instituições, sociais, de saúde e também desportivas que possam concretizar a participação de uma percentagem determinada de participantes que correspondam a cada um dos quatro grupos, acabados de referir.

Para avaliar o impacto do programa deverá ser criado um **observatório** de acompanhamento em colaboração com um ou mais departamentos universitários, em função da análise que se pretender.

2.1 . Toxicodependência e exclusão social

Portugal tem entre 40 e 60 mil consumidores problemáticos, quer isto dizer, consumidores de drogas injectáveis ou consumidores regulares e de longa duração de opiáceos, cocaína e anfetaminas. Estes dados são de 2002, os últimos sobre estimativas de consumos problemáticos, que nos colocam no topo da escala europeia, relativamente a este gravíssimo problema, como claramente refere o último relatório do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

Ao nível dos consumos problemáticos, a heroína continua a ser a droga a que se associam as imagens de degradação, no cenário de bairros desqualificados, vidas

marginalizadas, ausência de redes e laços sociais, exclusão social e perda de cidadania. São os *junkies* que a heroína transformou no espelho de uma vida marginalizada e abandonada, de uma *não vida*.

Povoaram durante muito tempo o Casal Ventoso, mas uma concertada intervenção sócio-urbanística e uma estratégia de inclusão social fez cair este bastião simbólico da droga na cidade de Lisboa. Acontece que os dramas humanos que ali se revelaram de forma tão pungente exigiam continuidade nesta acção. Num primeiro momento, muitos destes toxicodependentes deslocaram-se para a Curraleira, onde uma intervenção similar impediu que aí se viessem a instalar de forma definitiva. Hoje, parece ser o Intendente a nova sala de chuto a céu aberto, sem qualquer tipo de controlo sanitário.

Para combater os consumos problemáticos, o «Plano de Acção Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicodependência – Horizonte 2004» previa a criação de uma Rede Nacional de Equipas de Rua, que viria a concretizar-se, ainda em 2001, com a instalação de 25 equipas, distribuídas pela maioria dos distritos do país. Cinco dessas equipas começaram, então, a trabalhar em Lisboa. A reforçar esta intervenção local, construiu-se um projecto inovador chamado «Pontos de Contacto», assente no princípio da mobilidade.

Numa lógica de proximidade, técnicos credenciados deslocavam-se em carrinhas devidamente equipadas para irem ao encontro dos toxicodependentes, dando-lhes o apoio que eles, pelo estado de degradação em que se encontravam, não conseguiam procurar. Os Pontos de Contacto faziam rotas precisas pela cidade de Lisboa, entre a Curraleira e Alcântara, e outros percursos estavam a ser equacionados numa lógica de intervenção estratégica que se previa alargar à Área Metropolitana.

Este projecto de Pontos de Contacto, implementado sobretudo em Lisboa, apesar de ter atendido mais de 7.000 indivíduos em 2002, foi cancelado em Janeiro de 2003. O mesmo aconteceu com algumas equipas de rua. Tememos, pois, que se venha a inverter a ligeira quebra dos indicadores de SIDS/VIH e de mortes relacionadas com o consumo de drogas, conseguida nos últimos anos, através de um esforço articulado de muitas instituições e técnicos que trabalham nesta área.

Era bom que um problema social desaparecesse pelo simples facto de deixarmos de o considerar como tal, como parece ser crença de altos dirigentes do PSD e do PP com responsabilidades nesta matéria. Faria então sentido, como está a acontecer, abrandar a intervenção, desmobilizar os técnicos e abandonar os toxicodependentes. Mas os problemas sociais não se resolvem pelo simples facto de os retirarmos da agenda política. Antes pelo contrário, agravam-se, multiplicam-se, adensam-se. Quebrar a continuidade da intervenção neste domínio, como se está a fazer é deitar para o lixo anos e anos de trabalho, de centenas de técnicos que fizeram desta luta a batalha das suas vidas. Para não falar no imperdoável desperdício de recursos financeiros, que o país não se pode dar ao luxo de praticar.

Aniquilar ou abandonar o que está no terreno, sem construir alternativas, é deixar sem esperança famílias e comunidades, é condenar à degradação irremediável ou à morte, milhares de pessoas consideradas doentes pela lei inovadora, aprovada pelo PS, que descriminalizou o consumo de drogas no nosso país.

Intervir eficazmente implica conhecer a realidade e formar técnicos que nela intervenham com cada vez mais saber e melhor qualidade. Também neste domínio nada de novo acontece.

2.2.As nossas propostas para um programa municipal

No contexto europeu, Portugal afirmou-se de forma inovadora com a Estratégia e o Plano Nacional de Luta contra a Droga e com a política de descriminalização de consumos promovida pelos governos socialistas. Propomo-nos retomar essa política, interrompida durante três anos, alargando-a para novos horizontes que permitam a integração progressiva dos toxicodependentes excluídos.

O envolvimento dos municípios na prevenção geral dos consumos, herança socialista de que muito nos orgulhamos, tem que ser reforçado pelo envolvimento integrado das escolas, nomeadamente do ensino básico, na modificação da qualidade de vida dos jovens, reforçando o seu autocontrolo individual e promovendo a resistência colectiva ao consumo de drogas. A esta política de prevenção geral dever-se-á associar a

promoção da prevenção específica de forma continuada a grupos-alvo de jovens em situações de risco, numa lógica de proximidade à escala do bairro.

Para se retirar Portugal do topo da escala europeia em matéria de consumos problemáticos, particularmente visível na cidade de Lisboa, há que reforçar a política de tratamento e de redução de riscos, nomeadamente:

- Através da reactivação e alargamento de equipas de rua e pontos de contacto;
- Criação de salas de injeção assistida em locais de consumo problemático de drogas.

No plano da integração sócio-profissional, a CM Lisboa deve estabelecer estreitas articulações com o Programa Vida Emprego, no sentido de ter um papel activo que vise a adopção de medidas específicas que permitam a inclusão dos toxicodependentes em recuperação.

A autarquia deverá ter nesta área equipas especializadas e com saberes actualizados para, em articulação com as ONGs que actuam na área do município, poderem efectuar programas de investigação-acção, bem como definir de forma continuada as estratégias que melhor se adaptam às necessidades detectadas.

Cumprindo este programa de forma sistemática e corajosa, contribuir-se-á para uma cidade mais justa e integrada.

III . Segurança

1.A segurança como factor de liberdade

A segurança é tratada constitucionalmente como um direito fundamental relacionado com o direito à liberdade. Entre ambos existe uma relação de interdependência. Não há liberdade sem segurança nem, verdadeiramente, segurança sem liberdade.

A finalidade essencial da política de segurança é, também, promover a coesão social.

Porque prevenir o crime contribui para evitar a exclusão social. A criação de uma cultura democrática de segurança, assente na autoridade do Estado de Direito e na compreensão de que a segurança constitui uma questão de cidadania, é imprescindível para contrariar as tendências recentes para a crescente fragmentação das sociedades.

Em Portugal, esta visão de insegurança como um processo em crescimento exponencial é característica do discurso social em torno do crime e da ordem pública produzido desde meados da década de 90, e parece ser, em certa medida, confirmada por uma análise comparativa dos dados dos inquéritos de vitimação conduzidos no nosso país, sobretudo se nos centrarmos na análise dos grandes centros urbanos.

Para combater o sentimento de insegurança reinante nas populações é necessário apostar num policiamento de proximidade, que induza a noção e o sentimento de segurança, que são causados pela presença e pela noção de proximidade.

O Fórum Cidade entende que o PS não pode deixar as questões de segurança entregues às políticas de direita, porque, como já concluímos a segurança é fundamental para a existência da liberdade. Portanto, uma questão dessa importância não pode deixar de ser tratada por uma política de esquerda que só o Partido Socialista pode prosseguir.

Por essa razão, o Fórum Cidade defende que devemos continuar a insistir nas seguintes questões:

- As despesas com vencimentos de agentes de segurança são "boas despesas";
- As despesas com os meios e os equipamentos necessários para a PSP efectuar bem as suas funções devem ser consideradas como "boas despesas";
- Lisboa continua a ter necessidade de que se concluam as esquadras que o PS propôs, para aproximar a PSP dos cidadãos;
- É urgente desencadear acções que melhorem a imagem da PSP e restabeçam a confiança dos cidadãos nesta instituição, que é absolutamente fundamental no nosso sistema de segurança;
- O policiamento de proximidade tem que incentivar as relações de vizinhança, através da realização de reuniões periódicas por zonas da cidade, para difusão do seu trabalho e dos meios, instrumentos e conhecimentos de que dispõem para assegurarem as suas tarefas;

- Escola Segura e os Idosos em Segurança são programas de sucesso que deverão continuar, bem como no maior patrulhamento e vigilância na via pública, quer de dia quer de noite, para acautelamento de pessoas e bens, face a actos de marginalidade;
- A Câmara Municipal deve incentivar os cidadãos para uma maior utilização dos espaços públicos, por forma a que estes não fiquem abandonados e, consequentemente, susceptíveis de apropriação sistemática por elementos marginais.

O Fórum Cidade, por último, entende que devemos começar a trabalhar no sentido de algumas zonas da cidade, bem como alguns locais públicos, passarem a ser vigiadas electronicamente, como meio de assegurar a segurança dos cidadãos e, também, por forma a pressionar os potenciais criminosos para que não pratiquem os crimes sabendo que estão a ser filmados.

CAPÍTULO III

RETOMAR O CRESCIMENTO, A ATRACÇÃO E A COMPETITIVIDADE

I. A competitividade

Uma nova gestão da cidade deverá ter como objectivo central mobilizar os lisboetas para o desígnio de Lisboa se afirmar, de forma decidida e sustentada, ao nível de desenvolvimento das cidades mais avançadas da União Europeia. Naturalmente Lisboa não pode, neste momento e a curto prazo, competir com essas cidades. Do ponto de vista global não pode mesmo, no imediato, competir com Madrid e Barcelona. Mas pode e deve ter essa ambição. E pode começar a competir sectorialmente.

Todavia, esta opção, que preconizamos, não tem em vista, apenas, dar resposta aos problemas conjunturais mas sim enfrentar, num horizonte de médio prazo, os problemas estruturais que prejudicam a competitividade de Lisboa e estão na base do seu atraso.

Todavia, a agenda política não se pode esgotar, em sentido estrito, nas questões económicas. Portugal é um dos países da Europa onde a desigualdade de rendimentos é maior e onde o desemprego mais rapidamente cresceu. Paralelamente, é um dos países onde os níveis de ensino e qualificação são mais insuficientes. Lisboa é um reflexo do país. O Fórum Cidade preconiza, assim, o desenvolvimento de um amplo conjunto de políticas de economia social que são mais do que políticas de coesão social, são igualmente passos imprescindíveis para nos tornarmos uma cidade mais competitiva.

Estas propostas pretendem, assim, valorizar a posição de Lisboa na Europa e no mundo. É essencial que Lisboa reforce a sua capacidade de ser parte activa no futuro da União Europeia e do mundo. Isto porque Lisboa deve complementar a sua prioridade europeia com uma visão alargada do seu papel universal, seja na comunidade linguística a que pertencemos, seja no quadro das alianças tradicionais de Portugal, seja, finalmente, no quadro de uma valorização da cooperação multilateral.

Uma Lisboa cosmopolita, tolerante, integradora de todos aqueles que a queiram visitar e cá viver, virada para as pessoas e para a sua qualidade de vida é um objectivo que queremos cumprir.

1. Diagnóstico

O enquadramento da análise da competitividade da cidade de Lisboa permitiu estabelecer com bastante clareza a necessidade imperiosa e urgente de construir uma visão inovadora e renovadora das bases da competitividade da cidade, isto é, da sua capacidade de atrair e valorizar empresas, pessoas, capitais, informação, conhecimento, bens e serviços.

Esta visão pode, e deve, ser construída com base no grande referencial da Estratégia de Lisboa (coincidência que deve ser utilizada em termos de marketing internacional que a deve acompanhar) no quadro da União Europeia, isto é, com uma actividade económica baseada no conhecimento, com uma coesão social baseada na renovação profunda do modelo social vigente, com competências desenvolvidas em pessoas envolvidas em modelos de aprendizagem ao longo da vida e com instituições de governação da cidade baseadas em formas rápidas de decisão e coordenação flexível envolvendo o público e o privado.

Do mesmo modo, este enquadramento permitiu estabelecer, também, com bastante clareza, os objectivos exigentes da sua afirmação internacional, europeia e ibérica. Não bastará a simples correcção de erros existentes na medida em que o alargamento da União Europeia impõe um quadro concorrencial difícil e apertado.

Igualmente, permitiu estabelecer a vantagem e a possibilidade de uma substancial estratégia de desenvolvimento para a região de Lisboa face às estratégias de desenvolvimento das restantes regiões nacionais.

É possível encarar e construir um novo modelo de relacionamento entre Lisboa e o país, capaz de suportar processos efectivos de desconcentração e descentralização das funções administrativas e capaz de fomentar padrões de equidade entre os cidadãos e as empresas, sem diminuir a capacidade de afirmação externa da cidade de Lisboa.

O desenvolvimento e aprofundamento do papel estratégico global exercido pela cidade de Lisboa como grande pólo de atracção e concentração da actividade económica e do emprego não deixa de antever a possibilidade de um novo crescimento quantitativo, limitado e controlado, mas efectivo.

Para o efeito, importa analisar, de modo sintético mas concreto, as 6 “cidades” da competitividade urbana de Lisboa importando mesmo o modelo expositivo habitualmente utilizado pela maioria PSD/CDS

Cidade Empresarial

Processo de terciarização, associado à criação de riqueza e de valor, suportado pela localização dos principais centros de decisão empresarial em articulação com a localização dos serviços às empresas e com o acesso às grandes infra-estruturas de suporte das actividades empresariais.

Já teve uma expressão bem individualizada de cidade industrial, comercial e financeira e agora tende para uma cidade de serviços às empresas. A actividade industrial tem vindo a desaparecer. A actividade comercial polarizada pelos eixos Baixa-Chiado e Almirante Reis/Praça do Chile, moldada pela semana-inglesa e pelo horário 9.30-13/14-19, sofreu uma alteração para uma configuração policêntrica materializada em grandes superfícies comerciais em Lisboa e área metropolitana em horário 10-24 em semana 7/7. A actividade financeira tem deixado a Baixa para ser realocada fora de Lisboa ou nos eixos António Augusto Aguiar/José Malhoa e Avenidas Novas.

Cidade Logística

Processo de reestruturação suportado pela configuração das redes de transportes de passageiros e mercadorias e pela localização dos seus principais nós (aeroporto, instalações portuárias, estações de caminho de ferro, centrais de recolha e manutenção de transportes urbanos colectivos), pela localização das principais, equipamentos e infra-estruturas associadas às *utilities* e pela localização dos grandes mercados abastecedores e moldado pela procura de soluções optimizadas de custo e mobilidade.

Tem vindo a retirar-se, de modo desigual, para localizações menos centrais da cidade, fora da cidade, mas no seio da área metropolitana. Tem havido um movimento de longo prazo da saída de instalações civis, ligadas às *utilities*, e militares. Deu-se a reorganização e concentração dos mercados abastecedores. Criou-se, em Alfragide, um relevante pólo de aglomeração de unidades de grande distribuição alimentar. A geração descoordenada de uma coroa logística no eixo Alenquer-Carregado-Azambuja deu à cidade logística uma dimensão metropolitana.

Cidade do Conhecimento

Processo de consolidação suportado, no essencial, pela localização de estabelecimentos de ensino superior e politécnico, centros de investigação, grandes laboratórios, centros tecnológicos e grandes infra-estruturas de suporte à difusão do conhecimento e de manutenção do acervo documental, nomeadamente, em articulação com dinâmicas concorrenciais de atracção de estudantes e de ligação ao tecido empresarial, e moldado pela progressiva afirmação do paradigma da aprendizagem ao longo da vida e da diferenciação dos modelos de gestão e investimento.

Lisboa teve um processo de consolidação e extensão, neste domínio, que conduziu a um reforço do peso relativo da procura de estabelecimentos de ensino para não residentes. Consolidou-se um pólo nas zonas residenciais de Benfica e Alvalade, nasceu um novo pólo na confluência da Tapada da Ajuda com Monsanto e espraiou-se um pouco por toda a cidade.

Cidade Residencial

Processo de expansão suportado pela passagem de testemunho do modelo de arrendamento para o modelo do ocupante proprietário e moldado pela densificação das múltiplas actividades de serviços e comércio.

Criou-se uma grande cidade da habitação social a par de uma cidade de ocupantes proprietários endividados. Há uma desertificação do eixo central, ainda que se verifiquem dinâmicas de reabilitação dos bairros históricos, a par da ocupação de zonas vagas pela demolição de barracas nas zonas de Carnide, Lumiar, Charneca e Vale de Chelas.

Cidade da Cultura, Turismo e Lazer

Processo de terciarização, associado ao consumo, suportado pela localização dos principais marcos patrimoniais, recintos de espectáculos, equipamentos museológicos, espaços de lazer e novos centros comerciais em articulação com a localização de equipamentos e serviços associados ao turismo e de centros de formação e exercício das competências e profissões associadas à produção de conteúdos, às artes e recuperação de património.

O lazer tem vindo a ocupar os espaços deixados vagos pelo declínio da cidade industrial e relocalização da cidade logística (exemplos da frente ribeirinha, Bairro Alto, Parque

das Nações). No entanto, não revelou ainda suficiente articulação e dimensão para uma integração mais forte com as dinâmicas turísticas e culturais.

Têm existido mudanças nos ciclos de vida dos grandes modelos de espectáculos, divertimento e ocupação dos tempos livres. Analogamente, há uma progressiva implantação dos ritmos urbanos contínuos onde a “noite” se tem vindo a afirmar. Por fim, ocorreram fenómenos de decadência (Parque Mayer e Feira Popular) e de renovação limitada (Jardim Zoológico).

A cidade turística acompanhou o desenvolvimento da cidade de serviços ao nível da oferta hoteleira e consolidou a especialização em eventos, congressos e na rota de cruzeiros marítimos.

A cidade cultural não conheceu grandes transformações no plano espacial para além da consolidação do pólo de Belém.

Tem existido um grande défice de articulação desta tripla dimensão das actividades de lazer, turismo e cultura.

Cidade Administrativa

Processo de expansão e reestruturação suportado pela realocação dos principais centros de decisão pública e serviços da administração. Numa cidade capital a cidade administrativa envolve ainda uma dimensão relevante a “cidade das embaixadas”.

Permanece muito relevante em termos de emprego, efeitos de arrastamento sobre outras actividades, ocupação de edificios e de espaço na cidade. Há um défice de estratégia de realocação dos referidos centros de decisão pública e de serviços da administração.

Daqui ressaltam 3 ideias fundamentais:

- Necessidade de renovação das bases competitivas da cidade num modelo de actividades económicas com futuro (economia do conhecimento e aprendizagem ao longo da vida) e com base num contexto europeu e internacional (*benchmarking* das melhores aglomerações ibéricas e europeias e não de outras cidades nacionais);
- As dinâmicas em acção na cidade e na área metropolitana revelam duas dificuldades de alcance estratégico que limitam o desejável equilíbrio entre a competitividade e a coesão económica e social e que importa colmatar ao nível das políticas públicas de regulamentação, ordenamento e regulação: Fraca articulação entre as diferentes actividades de conhecimento e empresariais e

entre cultura, turismo e lazer; e, difícil convivência entre o desenvolvimento das funções empresariais e das funções residenciais;

- O redimensionamento quantitativo e qualitativo da cidade tendo em vista uma Lisboa menor para o país (mais descentralizada) e maior para a Europa (maior competitividade nas actividades globais). O desafio é criar condições para a afirmação de uma qualidade estratégica nacional e internacional facilitando a instalação de pessoas e empresas portadoras de modelos de habitação, consumo, lazer, produção e criação de riqueza ancorados no conhecimento, na tecnologia, na comunicação e na competitividade não-custo.

2. Apostar na qualidade e na excelência: As pessoas e as empresas

Uma política tendente à implementação de um modelo económico que vise prosseguir os objectivos já expostos na introdução não poderá deixar de ser direccionada para as pessoas e para as empresas numa perspectiva de coesão social, aposta nos empreendedores, fomento do talento individual, diminuição das desigualdades, integração de comunidades, atracção de elites pela tolerância e dinamismo, aposta na tecnologia, na atracção de novas empresas e aposta no turismo e na afirmação cultural como pólo dinamizador de Lisboa. Dai que as propostas debatidas no Fórum Cidade tenham sido agrupadas em duas áreas:

1. As Pessoas: Talento, Tolerância e Economia Social; e,
2. As Empresas: Tecnologia, Políticas Criativas e Turismo.

2.1. As Pessoas: Talento, Tolerância e Economia Social

Talento

A frase quinhentista de Fernão Lopes "a cidade é um lugar de muitas e variegadas gentes" mantém plena acuidade em função da época actual. Qualquer cidade tem como principais objectivos aumentar a prosperidade e competitividade económica, reduzir o desemprego e a exclusão social, proteger e melhorar o ambiente urbano, combater a criminalidade, promover o ordenamento urbano, reduzir o tráfego urbano, promover a melhoria da qualidade de vida, e combater o envelhecimento precoce da mesma.

Curiosamente, ou não, todos os itens acima assinalados encontram-se numa relação de estreita interdependência, e maioria das vezes são observados isoladamente e sem um plano estratégico de longo prazo, pretendendo-se, apenas, fazer face às necessidades imediatas do curto prazo. E todos dependem das pessoas e da aposta que nelas é feita. Aposta que é muita das vezes descurada.

Podemos mesmo dizer que este é um dos principais erros do país, quer numa análise do ponto de vista central, quer do ponto de vista autárquico. Não devemos esquecer que o desenvolvimento das cidades individualmente consideradas poderá constituir por si só motor necessário e suficiente para o desenvolvimento do país. Neste contexto, poderemos partir das seguintes premissas lógicas para a prosperidade de uma grande cidade:

1. Uma economia local diversificada e flexível, que alie a indústria fabril, os Serviços, as indústrias culturais, o lazer e o turismo, e que dê especial destaque à capacidade empresarial e às PME que assegurem uma maior percentagem de novos empregos; e,
2. Uma boa oferta de capital humano para explorar o crescimento e a inovação nos sectores económicos baseados no conhecimento, e a capacidade de aprendizagem ao longo da vida através de fortes ligações entre a oferta e procura;
3. Implementação, em parceria com entidades privadas, de uma estrutura, entre tantas outras, que faz falta a Lisboa, para se poder afirmar nacional e internacionalmente, que integre pessoal criativo de várias áreas de design.

Esta estrutura, a exemplo do que já sucede em Londres, por exemplo, seria constituída por um conjunto de espaços (ateliers) de várias dimensões, mas que teria por base uma dimensão/tipo, arrendada quer a jovens criadores das áreas já referidas, quer a criadores com nomes já reconhecidos. Aliás, é de toda a conveniência esta mescla pois esta estrutura não se limitaria a arrendar espaços, bem pelo contrário, adoptaria uma atitude muito actuante no campo do marketing, divulgação, promoção e comercialização do trabalho dos vários “inquilinos” e não só. Com carácter periódico e organizado em módulos, poderiam ser ministradas “aulas” sobre vários temas, tais como o marketing, a divulgação da produção de cada um, as várias maneiras de obter financiamentos para os projectos, e todo um conjunto de “ferramentas” que possibilitem aos “inquilinos” uma muito maior capacidade de dominarem não só a parte criativa mas igualmente a parte de comercialização dos seus produtos. Igualmente integrados nestes pacotes deverão ser feitos convites para entidades estrangeiras para participarem em conferências, debates e outros eventos, para dar aos “inquilinos” uma visão mais cosmopolita das suas actividades. Por último, deverão realizar-se “feiras nas instalações do centro para mostrar/vender os vários produtos desenvolvidos pelos “inquilinos”. A proximidade

deste projecto ao Bairro Alto acrescentaria sinergias muito positivas ao mesmo. Se fosse possível, o ideal seria conseguir juntar a este espaço, uma cafetaria que funcionasse para o público em geral, e no qual se poderiam desenvolver outro tipo de actividades;

4 - A CML poderá criar um pequeno núcleo recrutado entre os seus colaboradores actuais, que tenha como missão o apoio jurídico, o estudo e divulgação das oportunidades de apoio aos criadores. A divulgação destes conhecimentos por parte do núcleo, deverá ser o mais ampla possível, passando sempre pela NET, e o núcleo deverá ser formado por pessoas com uma grande capacidade de dedicação e comunicação, que as há na CML, assim elas sejam bem motivadas e dirigidas;

5- A promoção de uma cultura de exigência e talento deve ser estendida a toda a cidade, não de uma forma imperativa, mas de uma forma agradável e participada. Desde que convenientemente estimulados, os lisboetas podem ter um contributo muito importante para que a nossa cidade seja um local mais fácil, agradável e motivador para se viver. Assim, todas as freguesias, sem excepção, podem ser intervencionadas por propostas que tenham como objectivo tornar o espaço público dessas freguesias mais agradável e mais inovador. Todas elas têm um muro, uma rua, um edificio ou qualquer outra presença física, sobre a qual ou com a qual pode ser feita uma intervenção de carácter mais ou menos efémero. Assim, mensalmente, poderão ser lançados “concursos” para 10 freguesias aos quais os arquitectos ou designers podem enviar propostas que tenham por base intervenções que no seu conjunto não excedam um valor em obra a definir, sendo destinado a cada vencedor um prémio a fixar. Os residentes serão convidados a visitar a exposição pública dos trabalhos concorrentes e a opinarem sobre a proposta que mais lhes agradar. Para esta iniciativa deverá ser desenvolvido um conjunto de acções que levem a juntar ao projecto vários tipos de mecenas, desde as empresas de construção civil às empresas sediadas nas freguesias;

6- Lisboa deverá ser um enorme espaço de experimentação e consolidação de jovens e actuais criadores no campo do teatro, da dança e da música. Uma das principais dificuldades com que os criadores daquelas áreas se debatem (para além do aspecto financeiro) é a falta de espaços para apresentação dos seus trabalhos. Hoje em dia, e dado os caminhos seguidos pelos criadores daquelas três áreas, o conceito de “espaço” para as apresentações das criações contemporâneas (e não só) já não passa por espaços formais mas sim pelo aproveitamento de uma enorme variedade de situações que permitem, e muitas vezes estimulam e interagem com as próprias criações. Exemplos

não faltam, desde o aproveitamento de espaços museológicos a edifícios abandonados, de antigos bares do Cais do Sodré para representações teatrais ou de cacilheiros para concertos de música ao vivo. Como tal, deverá ser feito o levantamento de espaços passíveis de ocupação para ser construído um “mapa” dos locais que a Câmara disponibilizará para os criadores daquelas três áreas (ou outras que se julgue possível de integrar nesta ideia). Com carácter periódico, serão aceites propostas para utilização efémera dos espaços “mapeados”;

7- A Criação de uma feira/concurso anual que premeie a melhor iniciativa empresarial;

8- A Criação de uma feira/concurso anual que premeie a melhor descoberta tecnológica/científica;

9- A criação de uma feira/concurso anual que premeie a melhor criação artística (ex. para novos escritores).

Economia Social

O actual estágio de desenvolvimento das economias ocidentais colocou na ordem do dia a necessidade de coexistência das três tipologias estruturantes da actividade económica: as formas de organização típicas da economia de mercado, cuja mais acabada expressão são as Empresas, obedecendo naturalmente ao primado do lucro; o Estado que, nos seus vários níveis, procura a geração dos bens públicos; e as Organizações de Cidadãos que buscam juntarem critérios de eficiência com os objectivos sociais de produção de determinados bens públicos críticos (saúde, solidariedade social, educação, habitação, etc.), ou seja, que traduzem a simbiose entre a economia de mercado e as preocupações sociais.

Estas Instituições, nos seus múltiplos formatos jurídicos – Fundações, Cooperativas, Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Mutualidades, Associações e ONG – integram a chamada fileira estratégica da Economia Social, por vezes consagrada de Terceiro Pilar, pois se considera serem conjuntamente com o Estado e a Iniciativa Privada, um dos pilares do desenvolvimento de um dado país.

A Europa desenvolveu experiências sociais progressistas que se traduziram num pacto informal, o chamado pacto social europeu, que tem de ser mantido, desenvolvido e aprofundado. Mas, para tanto, é necessário que continuem a assegurar-se as condições,

económicas, sociais e políticas que o possibilitaram e lhe deram corpo, sendo incontornável a participação das Instituições da Economia Social.

Presentes em todas as áreas da vida da sociedade, estas instituições, contribuem, como aliadas decisivas do Estado, na afirmação deste primado: primeiro, pela sua capacidade de gerar maior oferta social a um custo inferior ao praticado pelo Estado, permitindo, na presente conjuntura económica, a convivência dos desideratos da redução de custos e intervenção social; segundo, pelo seu forte apelativo à intervenção cívica do cidadão.

O conceito de Economia Social tem vindo a evoluir, ao longo dos últimos 150 anos, integrando hoje várias vertentes distintas de que se destacam quer o das Instituições que pretendem alcançar os objectivos de solidariedade e o desenvolvimento integrado da Comunidade e do Homem, substituindo-se ou complementando a acção do Estado no prosseguimento das suas políticas sociais, quer o das organizações que procuram promover medidas de criação de emprego ou o acesso de segmentos populacionais de menor rendimento a determinados bens e serviços privados, mas com discriminação positiva de preços.

2.2. As Empresas: Tecnologia, Políticas Criativas e Turismo

Tecnologia

Como temos vindo a afirmar temos assistido ao renascimento do papel das cidades enquanto motores da competitividade e inovação e enquanto pólos transformadores das suas funções tradicionais. Exemplo desse facto pode ser dado com o declínio de velhas regiões industriais que fizeram uma transição com sucesso para a economia da informação (Barcelona, Dortmund). De facto, na nova economia a produtividade e competitividade das cidades é determinado pela capacidade de combinar capacidade de informação, diversidade económica, recursos humanos qualificados, qualidade de vida, conectividade de grandes metrópoles ao nível nacional e internacional, mobilizar e implementar estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Paradoxalmente uma crescente economia global e com o surgimento de um estado supranacional, os governos locais estão na linha da frente no processo de gestão das cidades.

Este facto implica a necessidade de cooperação inter-cidades/regiões, tornando mais difícil às forças económicas globais colocarem as cidades umas contra as outras,

forçando as forças globais a cooperarem com os governos locais através de um novo contrato social. O exemplo de Amesterdão que conjuga a velha tradição (desde a idade média) de ser um centro político, comercial, cultural e de inovação com o exemplo estratégico para enfrentar um mundo globalizado das tecnologias de informação é algo a olhar com atenção.

É neste contexto da afirmação das cidades pela sociedade de informação que surgem os tecnopolis. Também em Lisboa, que já perdeu a batalha das grandes indústrias e dos grandes pólos tecnológicos, este conceito tem de ser aplicado. Não a uma escala concorrencial com outros exemplos existentes na área metropolitana mas à escala de Lisboa e não descurando as potencialidades da sua cidade do conhecimento.

Desde logo, importa precisar o conceito tecnopolis: Nos parques de ciência e tecnologia inseridos em ambientes urbanos convivem os sectores empresarial, de ciência e tecnologia, de ensino e formação e da sociedade civil como parte de uma estratégia global de desenvolvimento económico sustentável. Boas práticas desta aposta são, por exemplo, Dublin, Singapura e Barcelona: Especializadas em clusters estratégicos: TI e comunicação ciências biomédicas; Alvos de atracção de I&E; com valorização do centro histórico; com dispersão dos recursos em rede em detrimento da concentração pesada de infra-estruturas; com interacção entre sectores empresariais, ciência, tecnologia, ensino, formação e através de parcerias público-privadas; mobilizados para projectos de longo prazo – 15/20 anos – que exigem planeamento estratégico e participado da comunidade.

Esta aposta implica o ressurgimento do centro da cidade não como centros geograficamente dominantes de áreas metropolitanas da era industrial, mas a nova cidade mais parecida com as cidades do renascimento construída à volta de funções de arte, cultura, de produção de pequena escala mas altamente especializada – tal como defendemos para o eixo Praça do Comércio/Baixa/Av. Liberdade em articulação com algumas das propostas plasmadas ao longo deste texto que aí poderiam, também, ser implementadas.

Este novo tipo de paradigma de cidade atraí jovens altamente educados e qualificados gerando um círculo virtuosos:

- a) Consequências do lado da oferta: atracção de recursos altamente qualificados fomenta actividades/serviços/indústrias intensivas em conhecimento (media, artes gráficas, publicidade, desenvolvimento de software, design, moda, entretenimento);
- b) Novo paradigma da organização, da standardização e burocracia para a produção customizada, organização flexível e produção individualizada, nota flexibilidade/nova economia não implica precarização do trabalho nem perda de direitos sociais, dois modelos, modelo anglo-saxónico, sucesso na nova economia mas perda de coesão social e modelo nórdico que concilia nova economia com coesão social;
- c) Consequências do lado da procura: consumidores sofisticados com apetência para bens e serviços diferenciados e para bens culturais.

O modelo de Amesterdão, que pode ser analisado para eventual adaptação, implica um centro histórico sem concessões à modernidade em que todos os edifícios actuais, remodelados, reconstruídos ou feitos de raiz, obedecem aos padrões arquitectónicos que caracterizam o chamado “período dourado” – último quartel do século XVII e princípio do século XVIII – em que a Holanda atingiu o seu apogeu marítimo e comercial e a cidade foi construída. A arquitectura moderna está remetida para as franjas ou para a periferia, assim como a indústria e grande dos serviços: o centro, que é o coração nevrálgico da cidade, é para o pequeno comércio, para a habitação, pequenos hotéis, bicicletas, barcos, passeantes. O centro é igualmente factor de ligação histórica de identidade baseada em pequeno comércio de qualidade e com grande aposta na qualidade de vida. Daí que o centro de Lisboa tenha necessidade desta aposta – conjugar a sociedade de informação e a tecnologia com uma intervenção multidisciplinar como a que propomos na Parte seguinte deste texto.

Do mesmo modo, Lisboa poderá e deverá:

- a) Promover espaços com acesso às novas tecnologias que possam também ser ter uma conexão com espaços culturais;
- b) Promover um parque tecnológico de empresas, de modernos serviços públicos, ensino de elevada qualidade;

- c) Tornar toda a estrutura da Câmara informatizada, amiga das novas tecnologias, e-government ao nível da Câmara Municipal, promover a formação em TI aos recursos humanos da Câmara;
- d) Aproveitar, por exemplo, a experiência da governo regional da Estremadura (Espanha), região pobre que apostou nas TI adaptadas à especificidades da região, LINUX (código aberto e grátis) que facilitou o acesso da população em geral incluindo os mais desprotegidos (idosos), Em vez das TI serem factor de exclusão são factor de integração e coesão social;
- e) Criar um programa específico de apoio para novos empreendimentos apostando sobretudo em pequenas empresas de recém-licenciados, incentivando a viver em Lisboa;
- f) Afirmar um novo campo de exploração e a aplicação da informação baseado na convergência de tecnologias CRM, GIS, Internet, wireless, de localização e terminais móveis, serviço ou aplicação que facilite o processamento de SIG aos utilizadores finais;
- g) Dinamização de zonas de especialização económica, com incentivos à fixação de empresas, em zonas de exclusão.

Aprofundemos, neste momento, o conceito de Tecnopolis interligando-o com a experiência, pouco conseguida do Lispolis. A criação de parques de ciência e tecnologia, vulgarmente designados por tecnopólos é um conceito utilizado em vários países como elementos estratégicos do desenvolvimento económico das regiões onde se inserem. Através dos tecnopólos aposta-se na criação e no desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica privilegiando-se a transferência de conhecimentos das universidades para as empresas o que funciona como elemento catalizador do desenvolvimento regional.

No novo contexto de economia de inovação, as cidades constituem um factor decisivo de mudança. E isto, porque as cidades não só estão dotadas de organismos que facilitam a criação do conhecimento como universidades, centros de investigação, empresas de serviços, como também disponibilizam espaços que permitem a construção de equipamentos necessários a estas actividades.

É nesta realidade que começa a emergir o conceito de tecnopolis. Um tecnopolis é no fundo um “habitat” privilegiado onde convivem o sector empresarial, a ciência e tecnologia, o ensino e formação e a sociedade civil procurando o desenvolvimento estratégico e urbano da cidade e da região envolvente dando ênfase à dispersão dos recursos em rede em detrimento da concentração de infra-estruturas. Estes projectos ao estarem enquadrados na visão estratégica das cidades e através de uma especialização em determinados “clusters” estratégicos procuram traduzir um ambiente de investigação e desenvolvimento pela conjugação de áreas comerciais, residenciais, empresariais, de lazer e de investigação.

Inserindo-se numa área residencial e comercial privilegiada da Cidade de Lisboa, Lumiar, localiza-se o Pólo Tecnológico de Lisboa, espaço gerido pelo LISPOLIS, associação privada sem fins lucrativos constituída para esse efeito. Apesar da sua excelente localização, da proximidade do Eixo Norte Sul, da existência de interfaces com outras vias de comunicação, este espaço de cerca de 12 hectares com um loteamento para 26 lotes onde são disponibilizados um conjunto de infra-estruturas gerais incluindo auditório e parque de estacionamento, que visam o acolhimento de empresas de indústria de base tecnológica e entidades de investigação em parceria com INETI, CML, IST, IAPMEI entre outras instituições, é um espaço desconhecido da maior parte da população da cidade.

Quando se pensa em Pólo Tecnológico imediatamente surge a ideia do Taguspark como o exemplo de um Pólo Tecnológico. Pensamos que o desconhecimento da existência do Pólo Tecnológico de Lisboa se deve em muito à pouca divulgação, promoção e visibilidade do mesmo como centro de incubação de empresas e investigação. É tempo de uma nova gestão de Lisboa evidenciar a importância que o Pólo Tecnológico de Lisboa poderá assumir como instrumento estratégico num novo conceito mais dinâmico e abrangente que é o conceito de Tecnopolis.

Políticas Criativas

As políticas criativas são, como já se disse, um factor de afirmação das empresas e de modernização da base competitiva de Lisboa. Para o efeito, Lisboa poderá apoiar e implementar algumas das seguintes acções:

- a) Redinamização dos Mercados Municipais enquanto espaços de renovação e modernização;

- b) Apoio à comercialização e divulgação de doces conventuais – Uma mais valia reconhecida pela Unesco (património gastronómico). Pode mesmo ser equacionada a instalação de pontos de venda perto de zonas turísticas como o Castelo de S. Jorge;
- c) Várias propostas têm sido apresentadas para ajudar a enfrentar o problema do envelhecimento da população, do seu crescente isolamento, dos cuidados que são necessários para acompanhar os idosos que residem sozinhos, e em paralelo o envelhecimento dos bairros mais atingidos pelo envelhecimento. Simultaneamente é discutida a necessidade de habitação para jovens estudantes universitários, a preços baixos, bem como da necessidade da construção de residências universitárias, em zonas como a Baixa Pombalina, para ajudar a combater o envelhecimento e a desertificação. Baseada num conceito internacionalmente testado e de grande sucesso, nomeadamente na vizinha Espanha, pretende responder a estas e outras questões (solidariedade intergeracional, habitação partilhada, etc.) de uma forma expedita, simples, de grande impacto social e de custos ínfimos quando comparados com tantas outras propostas entretanto efectuadas. Trata de aplicar a Lisboa o conceito e as experiências da HOMESHARE INTERNACIONAL www.homeshare.org, instituição criada nos Estados Unidos da América, e já seguida em vários países europeus, de entre os quais, e com imenso sucesso, Espanha. A aplicação do conceito HOMESHARE em Espanha tem como destinatários, por um lado, idosos que normalmente vivem sózinhos, e jovens universitários que procuram alojamento condigno mas a preços muito, mas mesmo muito baixo, e neste caso meramente simbólicos, dado que em troca do alojamento o jovem estudante se obriga a um conjunto de obrigações previamente definidas, tais como oferecer X horas semanais em apoio ao idoso que o acolhe, sendo essas horas dispendidas das mais variadas formas;
- d) Expansão significativa da cidade do conhecimento com base numa orientação para a satisfação de procura externas alargadas: Reordenar globalmente os espaços dedicados ao ensino superior e à investigação, nomeadamente, com a consolidação e qualificação do grande pólo universitário central (Benfica e Alvalade); viabilizar, de modo mais usado, o segundo pólo em embrião na zona ocidental (modernizar a Universidade Técnica e qualificar as Universidades privadas sem localização definitiva ou sustentável); e, desenvolver projectos

integrados mais ousados e complexos de realocização de estabelecimentos mais antigos e centrais para libertar espaços de valor suficiente para suportar seu financiamento;

- e) Prossecução de uma orientação para as actividades de pós-graduação para os modelos de aprendizagem ao longo da vida e para uma nova orientação para um alojamento fácil, competitivo e de qualidade (por exemplo na Baixa);
- f) Uma nova atenção aos laboratórios, centros e unidades de I&D e C&T;
- g) Renovação dos centros de criação de riqueza levando a sério a criação de condições para o reforço da captação de iniciativas empresariais baseadas na economia do conhecimento e melhorando a articulação entre a cidade empresarial e a cidade do conhecimento a par de investir nas modernas infra-estruturas de comunicação global o que implica: Promover e facilitar a aglomeração de actividades inovadoras, intensivas em informação, conhecimento e competências; Mergulhar num universo de resposta rápida no plano das decisões administrativas, custo competitivo e ambiente de eficiência fugindo da lógica imobiliária mais convencional (renovação dos pólos industriais de Alcântara/Junqueira e Beato/Marvila e criação de sítios de excelência para a aglomeração destas novas indústrias, mais imateriais, mais criativas e mais indutoras de qualidade ambiental e urbana – como a difusão das actividades de comunicação e multimédia através de uma maior aposta na língua portuguesa);
- h) Aproximar a lógica de tempo contínuo das cidades globais internacionalizadas através do estabelecimento de regras de utilização conjunta, racional e diversificada de certos espaços e zonas com base em regras de convivência entre as funções residenciais e empresariais, por um lado, e entre as diferentes actividades económicas, por outro lado: Logística interna da cidade (cargas e descargas), espaços comuns, cidade mais animada e equilibrada na articulação dia/noite são exemplos dados;

Turismo

Lisboa possui recursos e potencialidades turísticas extraordinários sobre os quais se tem vindo a desenvolver uma actividade com peso crescente na economia. O Fórum Cidade, consciente da importância económica e social que o Turismo constitui, afirma que este deverá ser um sector estratégico prioritário para a projecção de Lisboa e para a definição

do seu modelo económico. Para Portugal, o turismo pode dar um contributo importante, nomeadamente através do aumento das receitas externas, para a cobertura do défice da nossa balança comercial e para o combate ao desemprego. Por outro lado, pode contribuir para a valorização do património natural e cultural de Lisboa.

Este sector deverá ser encarado numa perspectiva de sustentabilidade ambiental, económica e social, no quadro de um novo modelo de desenvolvimento do turismo que privilegie a qualidade e a excelência, seja a qualidade e excelência ambiental do destino turístico, seja a qualidade e excelência dos empreendimentos e serviços turísticos.

Uma nova liderança de Lisboa deverá considerar crucial para Lisboa a aposta no crescimento do turismo externo e a dinamização do turismo interno, com o aumento das taxas de gozo de férias e das estadas de curta duração, mas também com o estímulo do turismo social, em geral, e do turismo sénior e juvenil, em particular.

O Turismo é uma actividade complexa, diferenciada no tipo de oferta, na velocidade de crescimento e na variedade e dimensão empresarial. Uma Política de Turismo tem de articular o turismo com outros sectores, nomeadamente o ordenamento do território, o ambiente, a cultura, o desporto, as infra-estruturas e o transporte aéreo.

Daí que Lisboa deva adoptar uma Política de Turismo apoiada em cinco vectores de intervenção estratégica e dois objectivos de curto prazo:

Vectores de intervenção estratégica:

- a) Valorização dos recursos turísticos e promoção de ofertas de qualidade e excelência;
- b) Dinamização do crescimento da procura turística interna e externa;
- c) Implementação de uma estratégia de Lisboa, autónoma, mas integrada numa visão nacional e regional;
- d) Criação de uma Entidade Municipal para o Turismo que articule, do ponto de vista estratégico e operacional, todos os órgãos autárquicos da Cidade, e seus serviços, com a Associação de Turismo de Lisboa;

- e) Estímulo ao investimento, à modernização e à capacidade competitiva das empresas.

Para o efeito, propõe-se, no âmbito da actividade da Câmara Municipal e da Associação de Turismo de Lisboa, o seguinte conjunto de medidas prioritárias:

- a) Implementar Planos de Dinamização Turística (PIT) plurianuais, autónomos, articulados à escala de agrupamentos de Freguesias. Estes planos devem estar articulados ou integrados com outros programas já existentes;
- b) Criar um quadro de apoio municipal, não financeiro, às empresas turísticas;
- c) Apreciar o actual quadro normativo e administrativo que enquadra as actividades turísticas na cidade de Lisboa de modo a agilizar os procedimentos a ele afectos, no âmbito de um programa de eliminação de actos burocráticos dispensáveis;
- d) Apoiar os programas de formação do INFTUR a realizar em Lisboa;
- e) Incrementar a afirmação de Lisboa como palco de grandes eventos científicos, desportivos e culturais internacionais;
- f) Ajudar a projectar internacionalmente, a médio prazo, um centro de investigação de turismo, colocando Lisboa como palco de grandes eventos científicos internacionais na área do turismo;
- g) Desenvolver, em articulação com o Governo, um Programa de incentivo e apoio à inovação nas empresas de turismo;
- h) Estimular a certificação ambiental dos diversos produtos e empreendimentos turísticos, fazendo da qualidade ambiental uma mais-valia para o turismo;
- i) Estabelecer parcerias com as autarquias vizinhas, organizações locais de turismo e empresários do sector, de modo a concretizar acções de qualificação ambiental da envolvente dos diversos destinos turísticos;
- j) Desenvolver uma estratégia para o mercado electrónico;
- k) Articular, com o Governo, a melhoria das condições de operacionalidade do Porto de Lisboa de modo a captar cada vez mais o turismo de cruzeiros;

- l) Intensificar parcerias directas com as empresas de turismo a nível regional e local e reforçar as relações institucionais e de colaboração com todas as associações sectoriais, nacionais e regionais;
- m) Criar um cartão de turismo válido por períodos de 24/48/72 h que permita o acesso ilimitado à generalidade de museus e atracções turísticas, bem como aos transportes e unidades hoteleiras;
- n) Criar postos de turismo nos principais terminais de transportes;
- o) Realização de eventos culturais, como, por exemplo, um festival de cinema que privilegie a divulgação de filmes por cineastas europeus.

Do mesmo modo, os Oceanos e os rios são elementos essenciais da identidade nacional e lisboeta que não podem ser encarados numa visão estática e passadista. O Mar para Portugal e o Rio Tejo para Lisboa deverão ser uma fonte de riqueza, de oportunidade e de desenvolvimento, devendo por isso ser valorizados. Não pode esquecer-se, também, que os Oceanos constituem elos de ligação privilegiados com as outras culturas de raiz lusófona

Por outro lado, o Mar é essencial para a posição de Lisboa no Mundo, reforçando uma posição de centralidade atlântica numa relação intercontinental que privilegie os grandes desafios culturais e económicos do Continente Sul-Americano e Africano, sem prejuízo das prioridades dadas ao estreitamento das relações com os países de acolhimento dos nossos emigrantes e que, tradicionalmente, desempenham um papel activo nos seus destinos. Assim, o equilíbrio de Portugal na matriz atlântica e europeia deve, também, ser conseguido numa vertente Norte-Sul.

Nesta óptica, o Fórum Cidade propõe que uma nova gestão de Lisboa promova, em articulação com o Governo, as seguintes acções:

- a) Propor ao Governo mecanismos de coordenação de todas as áreas que respeitem ao Tejo e tenham tutelas diferenciadas;

- b) Propor ao Governo mecanismos de afectação à cidade de estruturas abrangidas por tutelas diferenciadas e que sejam consideradas prioritárias para a prossecução dos objectivos da cidade,
- c) Criação de um fórum permanente das actividades ligadas ao Tejo, com a participação de entidades públicas e privadas;
- d) Apoio na criação de áreas de desenvolvimento especializadas com vantagens comparativas no Mar, nomeadamente no campo da investigação científica e tecnológica;
- e) Potenciar o aumento da oferta de actividades de recreio, no Tejo, promovendo uma dinamização da própria náutica de recreio e dos desportistas náuticos;
- f) Potenciar as actividades ligadas à segurança da navegação e à própria segurança marítima, tendo em conta as potencialidades acrescidas pela sede em Lisboa da Agencia Europeia de Segurança Marítima;
- g) Integrar a zona ribeirinha nos objectivos ambientais de uma nova gestão de Lisboa, permitindo uma abordagem interdisciplinar do ordenamento das diferentes actividades específicas do Rio Tejo e a definição de condicionalismos e vocações que afirmem o rio como algo a potenciar pela cidade e a fruir pelos lisboetas e por quem nos visita;
- h) Coordenar o modelo de oferta cultural, integrando as valências existentes e em projecto;
- i) Promover a especialização e qualificação da oferta turística;
- j) Conceptualizar, desenvolver e implementar um modelo de desenvolvimento económico assente na prestação de serviços de qualidade e na oferta turística.

III. políticas educativas e cidade educadora

No passado e, em larga medida, ainda hoje, o envolvimento dos municípios na territorialização da política educativa é definida e dirigida pelo Estado. E Lisboa não tem constituído uma excepção evidente, até pelo lugar que ocupa enquanto cidade capital. De facto os municípios, quer quando investem nos edifícios, equipamentos e acção sócio-educativa, quer quando apoiam ou promovem projectos de enriquecimento e complemento curricular ou de ocupação dos tempos livres, agem dentro de um

projecto educativo nacional sustentado pelo sistema de ensino, embora flexibilizado para atender a idiossincrasias locais.

Todavia, as mudanças em curso na sociedade moderna, com consequência nas políticas educativas e no papel tradicional do Estado e da escola, estão a alterar também o papel do município. Uma das mudanças mais referidas é a descoberta do impacto da cidade nos processos educativos dos seus habitantes. A ligação do município à cidade no desenvolvimento de uma política educativa local é uma consequência da emergência de um mundo crescentemente urbanizado e onde a cidade constitui o contexto de uma política educativa local. Isto implica efeitos na estrutura dos sistemas educativos existentes e no papel dos actores e contextos educativos não escolares na formação dos cidadãos de todas as idades. No sistema educativo esses efeitos traduzem-se na exigência de uma maior descentralização e autonomia das instituições e das políticas educativas locais; no que concerne à territorialização da política educativa eles implicam a articulação das instituições de educação formal e das instituições e processos de educação não formal e informal num contexto mais amplo cujo espaço de enquadramento adequado é a cidade.

O relevo dado actualmente aos actores e contextos locais tem que ver com a crise do estado educador e da escola por eles instituída e pelo aparecimento de novos parceiros ou actores educativos. Nestas alterações, o papel do município tem sofrido uma evolução significativa nas suas funções e no enquadramento em relação ao Estado e o território nacional e à cidade ou território local.

O apelo crescente à participação dos actores locais, particularmente dos municípios, famílias e organizações locais resultou das dificuldades crescentes dos sistemas educativos centralizados em dar resposta aos problemas emergentes na educação escolar.

Estas mudanças ocorridas nos contextos políticos e sociais da época contemporânea e a crise do modelo escolar de formação dominante constituem desafios que requerem uma outra educação e uma outra forma de organizar e gerir a educação. E são estes desafios que Lisboa deve ganhar.

Sem que esta percepção ponha em causa o papel da escola na educação formal, ela revela que a escola é insuficiente para a formação e tem mesmo limitações acrescidas perante os alunos cujo tempo, espaço, interlocutores educativos apenas parceladamente coincidem com o tempo e espaço escolar disseminados pela cidade, nas suas instituições e colectivos, no seu ambiente construído, nas suas redes de informação e comunicação, nas vivências dos seus habitantes, em síntese, nos seus processos educativos não formais ou informais. Nesse medida, também as políticas educativas não podem limitar-se a complementar ou enriquecer os processos escolares mas têm que ter em conta este contexto mais amplo onde devem actuar com intervenções específicas.

Diferentes autores (como Edgar Faure, em 1972) têm chamado atenção para o papel educativo da cidade com as suas instituições, serviços, empresas, os seus monumentos, bairros e espaços de lazer, projectos, os programas e redes de comunicação, os movimentos sociais, políticos e culturais.

É na mesma linha que surge o movimento das cidades educadoras. Na verdade, este movimento iniciado em Barcelona em 1990 e que congrega cidades/municípios da Europa e América, como é o caso de Lisboa, resultou da tomada de consciência da importância das cidades na educação e do papel dos municípios na acção educadora da cidade. É sintomático que isso surja a partir do município e não das escolas ou outras instituições locais. Provavelmente porque aí se tem uma visão mais global e integrada das influências educativas do meio urbano e dos riscos que a desatenção a essas influências pode acarretar para os cidadãos e para a qualidade das vivências urbanas.

Situando-se a educação no contexto local da cidade, o município tem de reorientar a sua política educativa. Se num modelo de Estado Educador o seu papel era complementar ou participar na territorialização da política educativa nacional, no caso da cidade educadora que se prefigura no horizonte o município terá de orientar-se para uma política educativa centrada na cidade.

Mas como se estabelecerá a sua relação com a cidade e com as suas dimensões educativas?

Segundo o Fórum Cidade para pensar a cidade de Lisboa a partir da educação, há várias razões que justificam o protagonismo dos eleitos municipais na elaboração de um projecto educativo para a cidade:

- **o município tem uma perspectiva global da cidade em contraposição com as restantes instituições locais que têm apenas uma visão sectorial.**
- **só eles têm legitimidade para representar a cidade no seu conjunto, devido a terem sido eleitos directamente pelos cidadãos.**
- **pode também mobilizar recursos técnicos para suporte do projecto.**

Também a reflexão produzida no âmbito do movimento das Cidades Educadoras e as experiências efectuadas em várias cidades envolvidas neste movimento apontam para a implantação de uma política educativa local, centrada na cidade, liderada pelo município e amplamente participada pelas instituições e agrupamentos da cidade.

É neste contexto onde se deve inserir a actuação municipal. Porém ao centrar a política educativa na cidade e no município como expressão organizada da cidade, não imaginamos o Município como uma reprodução a nível local do paradigma do Estado Educador com tentação de hegemonizar a educação da cidade.

Vemo-lo no papel importante de **coordenador e dinamizador de iniciativas locais, de promotor de um projecto que influencie as potencialidades educativas da cidade** de forma a que ela seja uma cidade **educadora com uma intencionalidade expressa de melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos.**

Isso implica a existência de algumas **condições para uma política educativa local**, em Lisboa, poder ser efectiva:

- **requer uma descentralização efectiva e a autonomia do sistema educativo**, de forma a que localmente se possam elaborar os projectos e mobilizar os agentes e os recursos necessários para os concretizar;
- **implica que o seu âmbito de actuação vá para além das modalidades escolares de formação e inclua intervenções em contextos cuja influência educativa é reconhecida:** referimo-nos a programas culturais, a equipamentos

colectivos, à arquitectura das áreas habitacionais, e outros aspectos importantes do ambiente urbano cujos efeitos educativos são perceptíveis;

- **exige uma organização flexível de serviços e de projectos**, estruturada em **rede de geometria variável** e de **relações contratualizadas** entre os participantes fundadas no respeito pelas diversidades existentes e pela autonomia;
- deve conduzir à **criação de um fórum de participação local** (aproveitando e potenciando o Conselho Municipal de Educação), onde se confrontem diferentes perspectivas e se assumam consensos básicos sobre os projectos educativos para a cidade e se estimulem as potencialidade inovadoras.

Assim, concluiremos que:

Estamos perante algumas mudanças impostas pelos novos desafios postos à educação. Essas mudanças requerem um novo paradigma educativo em substituição do existente durante a época moderna constituído pelo Estado Educador, pelo sistema educativo centralizado e pela integração do município numa posição marginal e subordinada aos objectivos nacionais do sistema.

Este novo paradigma aponta para a cidade como espaço social de encontro entre o global, o nacional e o local e entre a educação formal e a educação não formal e informal, para a descentralização e autonomia e para o município como dinamizador e coordenador de uma política educativa local. É esta a aposta de LISBOA.

CAPÍTULO IV

IMPLEMENTAR UMA GESTÃO PELA CIDADANIA, COM MAIS PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E DESCENTRALIZAÇÃO

Entendemos que Lisboa está necessitada de uma NOVA FORMA DE FAZER POLÍTICA que dê sentido à participação e ao envolvimento dos cidadãos, numa gestão mais partilhada e participada.

O Fórum Cidade considera que é absolutamente fundamental aprofundar a Democracia, envolvendo os cidadãos nas decisões e fazendo com que essa participação contribua para uma gestão mais transparente e eficaz.

Simultaneamente, para uma gestão mais eficaz, defendemos que devem ser aprofundadas as actuais descentralizações de competências para as Juntas de Freguesia, bem como iniciar-se um processo de desconcentração, através da figura do Vereador Delegado, que terá todas as competências numa determinada área da cidade.

Para a concretização desses objectivos, propomos as seguintes medidas:

1. Orçamento Participativo

Uma gestão socialista na Câmara Municipal de Lisboa deverá aplicar à gestão municipal - bem como às freguesias - os princípios do Orçamento Participativo.

A proposta que defendemos defende a afectação gradual de uma parte do orçamento de investimento de acordo com as opções decorrentes de um amplo processo de participação dos cidadãos, que se concretizará através de consultas com base em questionários publicados na imprensa, distribuídos por via electrónica e por correio, por debates organizados de forma descentralizada por "grupos de participação", bem como através da audição das instituições representadas no Conselho Municipal para a Participação.

2. Conselho Municipal para a Participação

Integrado por representantes de instituições representativas dos sectores sociais, económicos e culturais, terá como função pronunciar-se sobre os mecanismos de participação, transparência e qualidade da administração;

3. Delegações Municipais por zonas da cidade, com um Vereador Delegado em cada uma. Para agilizar o relacionamento com as Juntas de Freguesia e os agrupamentos de Freguesias e garantir uma maior proximidade aos cidadãos e às instituições e assegurar uma gestão mais eficaz das matérias com incidência particular e específica na respectiva zona. O Vereador Delegado poderá ter competências em áreas como a gestão do espaço público (higiene urbana, espaços verdes, manutenção de vias e passeios, iluminação, licenciamento da ocupação da via pública), reabilitação urbana, dinamização das actividades económicas de âmbito local, gestão da habitação municipal e intervenção social.

As Delegações Municipais funcionarão, numa primeira fase, com os serviços e empresas municipais existentes. Com a consolidação do modelo poderão realizar-se ajustamentos na orgânica dos serviços municipais, que resultem em ganhos de eficácia, sem agravamento dos encargos de funcionamento;

4. Reforço da Descentralização para as Juntas de Freguesia

Aproveitando a experiência de descentralização consolidada durante a década de 90 e as sinergias que podem ser geradas pelos Agrupamentos de Freguesias, será possível uniformizar as matérias delegadas nas Juntas de Freguesia e ampliar o respectivo âmbito, em áreas como a gestão e manutenção de equipamentos, vias e espaços públicos, pequenas obras de conservação de imóveis municipais e particulares, intervenção social, ocupação de tempos livres, prevenção da toxicodependência, protecção civil;

5. Agrupamentos de Freguesias

Com base no regime legal das Associações de Freguesia, tendo em vista a gestão comum de equipamentos e o desenvolvimento de projectos integrados para zonas homogéneas da cidade.

6. Aumentar a transparência

Na relação com os munícipes com a implementação de sistema integrado de informação electrónica que permita o acompanhamento permanente dos processos, prazos e responsáveis na decisão;

7. Descentralização da loja do Município pelas Juntas de Freguesia através da criação de uma rede de Postos de Atendimento;

8. Divulgação sistematizada dos serviços municipais e dos requisitos de acesso a preencher pelos interessados através da:

- a. Elaboração de um Anuário do Município de Lisboa; e
- b. Reformulação do sítio electrónico, com integração e uniformização de conteúdos;

CAPÍTULO V

VALORIZAR LISBOA COMO CIDADE COSMOPOLITA, TOLERANTE E INTEGRADORA

I. Uma Lisboa cosmopolita, tolerante, integradora de todos aqueles que a queiram visitar e cá viver, virada para as pessoas e para a sua qualidade de vida é um objectivo que queremos cumprir.

1. Uma política de imigração inclusiva

1.1 Enquadramento

Portugal tinha um modelo de especialização dos fluxos migratórios assente na imigração lusófona, que foi predominante, desde meados dos anos 60 até aos finais dos anos 90.

Entre 2000 e 2001 verificou-se uma alteração profunda na composição dos fluxos migratórios em Portugal. Até ao ano 2000, os estrangeiros residentes legais no nosso País eram provenientes, maioritariamente, dos Estados-Membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), com destaque para Cabo Verde, Brasil, Angola e Guiné-Bissau, bem como cidadãos da União Europeia, nacionais de países como o Reino Unido e a Espanha, Alemanha ou França, e ainda os Estados Unidos da América.

Os imigrantes que se legalizaram em 2001, através do regime das autorizações de permanência, eram maioritariamente provenientes de regiões que integravam a ex-União Soviética, com destaque para a Ucrânia, a Moldávia, a Rússia e a Roménia. Apenas o Brasil tem mantido um fluxo migratório elevado.

1.2. Lisboa cidade cosmopolita

A cidade de Lisboa, como pólo de atracção da imigração, não poderia escapar a esse fenómeno. Com efeito, Lisboa tem sido, e continuará a ser, o ponto modal de encontro de múltiplos povos, culturas, tradições, costumes e práticas.

Uma cidade que acolhe gente de todos os continentes, o que é uma evidência para qualquer cidadão que a percorra. Aqui labutam lusófonos, imigrantes de leste, asiáticos, outros africanos, latino-americanos.

Lisboa é uma cidade que precisa de definir uma política proactiva que reconheça a imigração, não só como um problema para resolver, mas, sobretudo como uma oportunidade para todos - para os que a demandam, mas também para aqueles que os recebem.

Uma cidade que assuma que a problemática da imigração deve ter um carácter estruturante e ser transversal, pelo que tem de ser desenvolvida em torno de três eixos estratégicos: Regulação; Fiscalização e Integração.

A Regulação do fluxo tem como objectivo favorecer a imigração legal e a abertura tem de ser proporcional à capacidade de absorção do mercado de trabalho. A incorporação económica é condição básica para a integração social do imigrante.

A fiscalização tem como objectivo o combate à imigração ilegal, às redes de tráfico de seres humanos e ao emprego e exploração de mão de obra ilegal.

A integração é, sem dúvida, o eixo mais complexo, de mais longa duração e que exige uma colaboração activa com a sociedade civil e é neste eixo que o Governo da cidade pode e deve dar o seu contributo, no sentido do aprofundamento da cidadania (progressivamente inclusiva), enfim, incentivando à participação e ao exercício dos direitos de cidadania.

Portugal optou por uma política de abertura regulada à imigração, adoptando uma estratégia em torno de três eixos: regulação, fiscalização e integração. Esta estratégia foi inspirada na estratégia da União Europeia de criação de políticas comuns de estrangeiros e de asilo, a qual merece total adesão do Governo e deverá merecer o apoio de uma nova gestão da cidade. A partir da segunda metade dos anos noventa do século passado, assistiu-se a um notório acréscimo do número de imigrantes que procuraram o

nosso País. Hoje o número de estrangeiros que vivem e trabalham em Portugal aproxima-se, ou talvez exceda, os 4% da população residente.

Esta situação faz com que a vertente da integração assuma um cariz prioritário. Os imigrantes procuram-nos para melhorar a sua vida, mas cumprem um papel importante no nosso desenvolvimento. Por isso temos o dever de lhes proporcionar o acesso a condições mínimas de sustentação e de integração. Este dever não se funda apenas em motivos de ordem ética e humanista, funda-se também em relevantes motivos de interesse nacional: imigrantes insuficientemente integrados, instáveis, com problemas sociais, são um factor de perturbação que contribui para sentimentos de insegurança dos cidadãos. A contrapartida deste dever da comunidade nacional para com os imigrantes é o dever destes aceitarem e praticarem as regras mínimas de convivência social consagradas na Constituição.

Assim, numa perspectiva de integração, enfrentamos um duplo desafio: reforçar os mecanismos de integração dos imigrantes, e estender-lhes um conjunto mínimo de mecanismos de protecção social idênticos àqueles de que desfrutam os portugueses.

Do mesmo modo, uma Lisboa tolerante a todas as nacionalidades, géneros e orientações sexuais estará em condições de se tornar mais atractiva, mais cosmopolita e mais dinâmica na atracção de elites para nela trabalharem e a visitarem. Com reflexos positivos na competitividade da cidade. Para o efeito, podem defender-se as seguintes medidas:

Para que Lisboa possa ter uma política activa, propomos:

- A instalação de um escritório contra a discriminação;
- Que os cidadãos estrangeiros residentes na cidade tenham os mesmos direitos e deveres sociais que os cidadãos nacionais;
- Que seja reactivado o Conselho Consultivo das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas;
- A criação de um Centro Cultural das Comunidades estrangeiras residentes em Lisboa;
- Um programa para a inserção das Segundas e Terceiras Gerações, com uma atenção particular para a inserção de jovens em risco;

- A criação da Carta de Cidadania de Lisboa;
- Programas de inserção social e ocupacional da mulher migrante;
- A elaboração de políticas de inserção de activos qualificados;
- Programas para o ensino da Língua e da Cultura portuguesa para estrangeiros
- Que seja reforçado o apoio às associações de imigrantes;
- O apoio à actividade dos mediadores culturais;
- O fomento da prática desportiva dos imigrantes;
- A elaboração de medidas de combate à info-exclusão dos jovens imigrantes e filhos de imigrantes;
- A elaboração de programas de integração social dos imigrantes idosos (centro de acolhimento, programas de visitas);
- A Videoteca Municipal de Lisboa possui um serviço intitulado “Núcleo de Produção”. Este núcleo, composto por 8 elementos, apoia com material e conhecimentos técnicos a produção vídeo de qualquer projecto que seja aprovado pela Direcção da Videoteca. Com a participação das associações de emigrantes ou das embaixadas, das escolas ou qualquer outro meio eficaz, poderá sensibilizar-se a população mais jovem de Lisboa, toda ela, para a possibilidade de efectuarem pequenos projectos em vídeo, através dos quais nos contem, por exemplo, como é o seu dia a dia, os locais em que moram, os amigos, os hábitos, etc. Para os projectos mais interessantes, ainda em fase de story-board, seriam disponibilizados alguns, poucos, meios, de forma a que o projecto possa ter uma primeira fase de realização. Trimestralmente, os vídeos concluídos seriam exibidos seja na Videoteca, seja na Net, seja em versão DVD de distribuição barata;
- A BEDETECA de Lisboa possui, disponível on-line, um conjunto de 14 fichas BDBOOM, as quais se destinam a dar apoio a acções de formação, história e literatura da BD. As comunidades da cidade poderão aproveitar estas e outras fichas que para o efeito venham a ser criadas, para através da BD expressarem os seus backgrounds culturais, sociais, diários ou outros que venham a ser considerados de interesse. De seguida, mobilizariamos os jovens para a colaboração num “jornal/revista” de BD a ser criado pela CML, e onde as melhores pranchas de BD serão publicadas, bem como outras de autores nacionais ou estrangeiros;

- Lisboa é uma cidade também constituída por emigrantes. No entanto, nas FESTAS DA CIDADE, raramente esta diferença é manifesta. Para uma cidade que se pretende cosmopolita e criativa, convenhamos que o panorama não é lá muito animador. Para alterar esta situação poderão ser equacionadas, entre outras, duas ideias: O convite a uma cidade, representativa de um país de forte comunidade existente em Lisboa, para, integrada nas formas tradicionais das festas, estar presente através de exposições, concertos de vários tipos de música, da gastronomia e, também, através da participação no desfile das marchas populares da Avenida da Liberdade, abrindo ou fechando o mesmo desfile, não em competição como é evidente, mas como cidade convidada que, como tal, participa no maior evento das nossas festas. Estas iniciativas podem ser complementadas por muitas outras, como convites a escritores, jornalistas, televisões e outros agentes culturais, para que este convite tenha repercussão não só a nível de Lisboa, mas também, e no mínimo, na cidade convidada; O convite, para o mesmo tipo de iniciativa a uma cidade com a qual Lisboa tenha acordos de gemação ou cooperação ou com quem Lisboa se tenha relacionado nos Descobrimentos.

II. Uma visão da cultura

A Constituição portuguesa, presentemente em vigor, refere no seu artº 73º, parágrafo 1, que todos têm direito à educação e à cultura. O próprio Estado, segundo o artº 78º, nº 2 alínea a), assume a responsabilidade de incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos à cultura e, através dela, corrigir as assimetrias existentes no país. Mais, na alínea c) deste mesmo artigo, o Estado assume também o dever de promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, enquanto que na alínea e se fala mesmo em articular a política cultural com as demais políticas sectoriais. As autarquias, enquanto parte do próprio Estado, não se podem alhear das suas responsabilidades políticas e sociais e não lhes é permitido desperdiçar um bem, a Cultura, que

tem um valor económico cada vez mais significativo. Por isso da mesma forma que se equaciona a política cultural do Estado, também se pode e deve equacionar a política cultural das cidades.

1. Estruturas

Cada vez mais a política cultural das cidades implica que estas sejam vistas não como entidades isoladas mas sim como elementos parciais de uma rede, seja a nível nacional ou internacional. Por isso, em termos nacionais, se assume como importante a criação dos Conselhos Intermunicipais de Cultura, entidades que poderiam potenciar de forma articulada as características culturais e patrimoniais de uma dada região e onde se pode equacionar de uma forma mais fácil a responsabilidade social das empresas. Ao mesmo tempo, em termos internacionais, é nesta rede que circulam exposições e co-produções, que podem incluir equipas transnacionais, sejam elas referentes a uma companhia de teatro ou a um grupo de arqueólogos. É também através destas redes que a cultura e os criadores portugueses podem saltar fronteiras, e ao mesmo tempo que se internacionalizam vendem a imagem da cidade, sendo ainda estas redes que podem combater os fenómenos de sazonalidade. Mais, estas redes pela utilização da internet, podem conter uma função dinâmica de ponto de encontro de artistas e criadores com o público, função essa que comporta uma componente educativa importantíssima. Poderiam ainda possibilitar aos municípios a concretização de parcerias, rentabilizando meios ao mesmo tempo que geram uma maior e melhor oferta cultural. Daí à criação de uma *newsletter* cultural, de uma bolsa cultural ou à existência de fóruns temáticos seria um passo. Por isso é cada vez maior a responsabilidade cultural das vereações da cultura das cidades, devendo inverter-se aquela lógica de que são vereações menores por comparação com outras ou de que apenas servem para distribuir apoios avulsos ou para a compra aleatória de produtos culturais, embalados e prontos a usar. Hoje, cada vez mais, os cidadãos exigem uma maior participação das vereações da cultura na vida quotidiana das cidades, sendo importante que cada município constitua um grupo de trabalho que, em permanência, efectue uma reflexão sobre públicos, espaços e necessidades, que desperte potencialidades através de uma informação direccionada e que, ao mesmo tempo, equacione uma descentralização de meios de forma a assumir no terreno opções culturais adequadas aos públicos locais.

Há, portanto, que definir uma estratégia cultural para as cidades através da criação de objectivos a médio e longo prazo, integrando a actividade cultural na dinâmica da zona geográfica em causa, articulando iniciativas culturais com a alma de cada cidade e de onde deverá decorrer uma dinâmica cultural específica. Estas tarefas partem de uma prévia definição da missão cultural de cada autarquia, à qual se segue o estabelecimento

de objectivos e definição de uma estratégia que os permita alcançar, tendo por pano de fundo o facto de a cultura induzir alterações no quotidiano das zonas urbanas. São etapas que, infelizmente, andam muito arredadas da generalidade das nossas autarquias, mesmo que se saiba que a cultura constitui um importante factor de coesão social. Na verdade, faz falta a existência de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural, plano esse que, em todo o país, apenas Tavira e Montemor-o-Velho possuem. Um plano deste género não termina na sua execução. Torna-se importante que cada autarquia analise os seus resultados, estudando as consequências económicas da dinâmica dos equipamentos culturais e os impactos das políticas da cultura nos públicos da cidade. Naturalmente que daqui se pode também partir para a análise da articulação entre os vários projectos de oferta cultural da cidade, tendo particularmente em conta a capacidade da oferta cultural em potenciar as vantagens para a comunidade.

Torna-se também necessário pressionar os poderes públicos no sentido de articular respostas entre a cidade, o turismo e os Ministérios da Cultura e da Educação. Os próprios Conselhos Locais de Educação podem constituir um importante ponto de apoio para a aferição de necessidades e balanço da implementação das medidas tomadas nesta área. Da mesma forma, a resposta cultural deve ter em conta aspectos como o urbanismo, o estacionamento ou os transportes, deve articular, divulgar e potenciar as ofertas, e deve também pensar nos públicos diferenciados de que cada cidade dispõe. É nos espaços públicos que as cidades vivem, sendo que a sua vitalidade está intimamente relacionada com o multiculturalismo, que passa pela diversidade da oferta, pelos jovens, pela fruição dos espaços e pelos hábitos culturais dos cidadãos.

Da mesma forma há que suprir a falta de quadros nas instituições culturais, sempre numa perspectiva de efectiva ligação à comunidade. A solução terá de passar pela formação de dirigentes, vista em articulação com a formação de públicos.

2 .Públicos

Havendo financiamentos e havendo uma produção variada e intensa que garantem a oferta, há que canalizar recursos financeiros para a formação de públicos, procurando superar uma realidade onde se ignoram as características dos vários públicos consumidores e da disputa que tal implica. Daí a responsabilidade das autarquias em

criarem equipamentos de entrada adaptando-os aos eventos e a públicos específicos, em alternativa a uma realidade diária que consiste em se inaugurarem equipamentos e, posteriormente, se inventarem eventos para todos os públicos num mesmo espaço.

As cidades são entidades vivas onde o lugar dos cidadãos não pode ser esquecido. Relembrando que a cultura é um direito de cada cidadão, ela é simultaneamente fundamental para a modernização do país e para o exercício de uma cidadania plena. A Europa cultural do futuro não será uma soma de culturas, mas antes um multiculturalismo onde será fundamental a dinâmica que os políticos europeus e os produtores culturais conseguirem propor ao público e onde a circulação dos criadores assume uma importância fundamental. A cultura tem de ser assumida como um pilar de um desenvolvimento integral e sustentado do país, o que implica que sem uma orientação política clara e com objectivos perfeitamente definidos também não há uma definição sobre os modelos de gestão a implementar, dos meios necessários, os públicos a atingir. Ao mesmo tempo há que não esquecer que a cidade, pela sua oferta em matéria de cultura, pode elevar o nível educacional, cívico e cultural dos cidadãos, podendo ser, também por isso, um incentivo à participação dos munícipes na vida da cidade.

Hoje é um facto a desigualdade de acesso aos bens culturais, quer na fruição, quer na criação, entre os portugueses do litoral e do interior, dos grandes centros e dos pequenos centros urbanos. A prazo essa desigualdade de oportunidades transforma-se numa desigualdade no acesso ou na compreensão da informação que, por si só, será a razão de novas desigualdades económicas, culturais e, em última instância, sociais. Se é verdade que hoje é possível constatar uma maior frequência de museus, exposições ou monumentos, por comparação com o verificado há uma década atrás, a verdade é que o público não se alargou significativamente, sendo basicamente o mesmo, apenas com ligeiras variações etárias e sociais e uma maior intensidade de consumo cultural. A ruptura deste espartilho passa por criar a apetência pela cultura nos portugueses adultos. A parceria entre os Ministérios da Cultura e da Educação com vista à formação de novos públicos nas escolas, traduz-se normalmente em visitas de estudo, importantes a prazo, mas que não bastam. Há que convencer os portugueses de que a cultura é fundamental e assim, ainda que levar os alunos ao museu seja um passo em frente, esse passo deverá ser articulado com a vida familiar. A escola não é o único espaço de aprendizagem devendo por isso interagir com uma comunidade que ultrapassa o

universo dos seus alunos. A opção por visitas programadas para o fim de semana, por sistemas de incentivo como os livre-trânsito familiares ou as visitas acompanhadas da família constituírem um trabalho escolar podem contribuir para alargar o público consumidor de eventos culturais.

Também importante é o investimento na formação artística, essencial para a qualidade da criação, para o crescimento dos públicos e para a exigência crítica individual. A autarquia pode aqui ter um papel importante havendo alguns casos de sucesso ao nível dos ateliers de ensino artístico, que podem e devem ser expandidos.

3 . A cultura enquanto força política e económica

Vivemos hoje num mundo extremamente competitivo onde a qualificação profissional, a educação e a cultura são investimentos fundamentais. Os portugueses só terão melhores salários e poderão fazer com que o seu nível de vida se aproxime dos padrões europeus se cada um, em conjunto com os poderes públicos, olhar para a cultura como um investimento de médio prazo. Um trabalhador com formação académica e cultural será sempre um trabalhador mais produtivo e melhor remunerado que outro que não a possua. Por outro lado, há que exigir do Estado políticas culturais com continuidade e vividas pela sociedade civil, políticas essas que devem constituir a emergência de uma articulação entre os vários ministérios. Se olharmos para o que se passa na Casa da Música, que já conheceu uma panóplia de objectivos e estratégias a que correspondem outras tantas administrações, temos de admitir que o Estado é o primeiro a dar o mau exemplo. Tal situação tem paralelo no Museu do Côa, um projecto que tem encolhido na proporção directa das restrições orçamentais, já para não falar na fusão de organismos, onde o Estado olha apenas para a componente administrativa, raramente pensando em objectivos culturais de longo prazo. A cultura não pode ser olhada como uma simples actividade económica. A cultura, tal como a saúde, não têm de dar lucro, têm sim de ser bem geridas e desde há uns anos que perigosamente se tenta confundir lucro com boa gestão. É a sua existência e fruição que vai possibilitar uma maior rentabilidade de outros sectores.

Há também de não esquecer de que o acesso à cultura pode perpetuar situações sociais injustas. Há que ter em conta que o mau ensino e o deficiente acesso à cultura

prejudicam mais aqueles que têm maiores carências económicas e sociais, porque quem não tenha essas carências pode sempre suprir a falta de um bom ensino na escola pelo ambiente familiar ou pelo acesso aos meios culturais. Já o mesmo não se passa com alguém de uma classe mais desfavorecida, pois se não tiver acesso à educação na escola, também não a terá em mais lado nenhum. Podemos então reflectir sobre o acesso às bibliotecas, exposições ou espectáculos e pensar na função social e solidária da cidade.

Não nos esqueçamos que a cultura é também uma forma de afirmação política de um dado Estado por comparação a outros, e tanto o pode fazer pela influência linguística como pela admiração e interesse que provoca nos cidadãos estrangeiros. A cultura é vista por muitos países como uma opção estratégica onde a política externa no plano cultural tem um valor económico e político de relevo. A propósito de afirmação nacional recordemos que em 2004 a União Europeia conheceu a adesão de novos Estados membros, que trouxeram consigo novas linguagens artísticas e criadores notáveis, possuidores de um significativo apoio dos seus governos. Uma política de cultura deverá equacionar em primeiro lugar a dimensão cultural da Europa no futuro e a imagem que Portugal quer apresentar no exterior. A Europa de hoje, além de um mosaico de culturas, de um sem número de sítios históricos, é também uma multiplicidade de centros de decisão e de produção cultural e, esta realidade, é fruto não apenas de uma produção interna mas também de relações com o seu exterior. Apresenta-se dança africana em Paris, escritores indianos escrevem em Londres, cineastas japoneses filmam em Berlim, enquanto os políticos chegam à conclusão de que através da Arte ou da História podem apresentar os seus países numa montra global à escala mundial. Para além de uma deficiente relação com os PALOP's Lisboa pode e deve beneficiar desta montra global, basta que se assuma como cabeça de um conjunto de iniciativas, que se veja como uma participante activa e que se integre nos circuitos artísticos e culturais internacionais. Neste âmbito, a autarquia pode igualmente participar em co-produções internacionais, rentabilizando meios e recorrendo a fundos europeus existentes para esse efeito.

4 . O património

Para que exista consumo cultural há que criar condições. Quem diariamente contacta com os organismos centrais ou com as autarquias vê o quanto é difícil defender, ou

simplesmente divulgar, o nosso património cultural e histórico. Há que perceber que o património histórico e artístico constitui uma mais valia, um sinal de diferenciação cultural e uma ferramenta de desenvolvimento ligada à economia. É hoje consensual de que é responsabilidade dos governos, e das autarquias, cuidar do património e da criação artística, aceitando e reconhecendo a pluralidade das suas formas de expressão, criando condições de acesso de todos quantos se relacionam com a cultura aos instrumentos de produção, assim como proporcionar o usufruto dos bens culturais ao conjunto dos cidadãos. Esta responsabilidade para com os cidadãos deve ser materializada na criação de equipamentos que emanem culturalmente das regiões onde se inserem e sejam dotados de valências múltiplas. Já hoje não faz sentido, como acontecia nas décadas de oitenta e noventa, a criação de redes de equipamentos homogéneos, de norte a sul do país, sejam eles cine-teatros, bibliotecas ou outros. Hoje, cada equipamento, em função das tradições locais e ancorado em eventos de significativa dimensão, deve proporcionar uma programação múltipla e complementar. Tais centros não devem no entanto ser confundidos com os passivos Centros Culturais, mas sim dotados de uma vida dinâmica, para a qual deve concorrer a colaboração intermunicipal, a itinerância de exposições, a divulgação do património local e a divulgação da criação exterior ao espaço geográfico abrangido.

Ao mesmo tempo as cidades estão dotadas de um conjunto de bens, fruto de um somatório de várias épocas e de acções individuais ou colectivas, que podem ser potenciados em termos de imagem e de valor económico. Isso implica uma ideia clara do património existente, depois do que se pretende projectar com ele e, por último, a sua rentabilização e gestão, algo que de resto a EGEAC já está a desenvolver, ainda que de forma autónoma, por falta de uma ideia clara de uma política cultural para a cidade. Estas opções passam, numa fase seguinte, por monitorizar os equipamentos existentes e levá-los a integrarem-se na vivência da cidade. Por um lado, mais importante que construir teatros ou outros equipamentos, há que requalificar o património existente e, também, que lembrar de que não basta ter muitos visitantes num dado monumento, há sim, e principalmente, que integrá-lo na vida da cidade, de ele próprio ser um participante nessa vida.

Talvez o património seja o domínio onde é mais óbvia a articulação entre a cultura, a educação e o turismo. Ela é também um factor de competitividade e de cosmopolitismo

de uma cidade e Lisboa dispõe de bons e variados trunfos neste domínio. Poderia e deveria ser mais profunda a investigação histórica da vida da cidade em épocas passadas, em articulação com as universidades ou com os investigadores, no que uma vereação da cultura pode ter um papel fundamental de dinamização.

5 . Os eventos

Os eventos, tal como o património, podem constituir o elemento diferenciador da cidade não apenas pelo cosmopolitismo gerado, mas também como factor de competitividade que situe Lisboa num lugar de referência ibérico e internacional. A projecção cultural da cidade implica uma política selectiva de eventos, onde seja sempre considerada a produção nacional enquanto elemento nivelador a prazo, calendarizada e abrangendo áreas diversificadas de acordo com os públicos e as épocas. Verifica-se hoje, nomeadamente na área da imagem, a concorrência de eventos que disputam o mesmo público em datas muito próximas quando não coincidentes, quando o mais lógico era distanciá-los no tempo e considerar a existência de público, nomeadamente turistas, que os potenciem além fronteiras. Por isso a projecção cultural da cidade passa também pela articulação com o turismo e com a promoção no exterior, através de formas diversificadas e imaginativas. Naturalmente que alguns dos eventos que conhecemos hoje terão de ser reestruturados, de que a desajustada “Feira do Livro” é um exemplo.

6 .Conclusões

A actividade cultural de uma cidade não só reflecte a memória e as ambições dessa cidade como a tornam respeitada e competitiva. Por mais acções de formação profissional que se façam, elas pouco poderão fazer pelo desempenho profissional dos portugueses se esbarrarem num défice cultural que o Estado e os próprios cidadãos têm a obrigação de reduzir permanentemente. Por outro lado as preocupações do Estado no campo da Cultura e da Educação têm reflexos práticos no exercício pleno da cidadania e na forma como os cidadãos respondem aos desafios que no momento se colocam na participação política e na competitividade empresarial. Do muito que há a fazer destaca-se o integrar a actividade cultural na dinâmica das zonas metropolitanas, articulando iniciativas culturais com a alma das gentes e dos locais, garantindo meios para que os nossos bens culturais não sejam “descobertos” e logo a seguir enterrados por falta de

meios, que os investigadores sejam mais apoiados, que se estudem os públicos, os espaços e as necessidades, que se despertem potencialidades através de uma informação direccionada. Lisboa deverá no futuro ser uma cidade mais justa e mais solidária, recusando a exclusão, seja ela sócio-económica ou cultural, devendo ser por isso também uma cidade mais criativa, mais aberta e mais culta. Recorrendo a Manuel Maria Carrilho, candidato do PS à Câmara Municipal de Lisboa, temos que *“fazer da cultura um eixo vivo e inspirador da acção política e da política uma actividade com uma assumida matriz cultural”*.